



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

A
SUPLOG.

JUSTIFICATIVA: ABERTURA DE PROCESSO

O art. 1º, § 1º, do Decreto estadual nº 46.991/2020, afastou expressamente a aplicação das regras ordinárias da fase preparatória das contratações no âmbito do ERJ previstas no Decreto estadual nº 46.642/2019, de modo que não se aplica, consequentemente, o dispositivo referente à estimativa do valor da contratação, a qual, em situação de normalidade institucional, deveria ser feita “mediante consulta às fontes diversificadas de pesquisa”, como reza o art. 20, caput, do Decreto estadual 46.642/2020, bem como a observância aos parâmetros de *pesquisa de preços* do § 1º deste dispositivo.

Vale ressaltar que o caput do art. 4º-E, da Lei federal nº 13.979/2020 prevê que é admitida a apresentação de TR simplificado nas contratações para o enfrentamento do coronavírus, sendo certo que a pesquisa de preços é, apenas, um dos parâmetros previstos nas alíneas do inciso VI.

Se, por um lado, deve haver justificativa específica para a total ausência da estimativa de preço, como impõe o § 2º do referido dispositivo, tal não se confunde com a pesquisa de preços, ou seja, com a hipótese da alínea “e” do inciso VI: “pesquisa realizada com os potenciais fornecedores”.

Nada obstante, o § 2º, do art. 1º, do Decreto estadual nº 46.991/2020, que dispõe sobre as regras de dispensa de licitação para as contratações decorrentes do coronavírus, prevê que a estimativa de preços deverá ser obtida, “sempre que possível”, mediante 3 fontes.

Em que pese, o art. 4º do inciso VI da Lei 13.979/2020, versar sobre como deve ser constituída a estimativa de preços, **o §2º do mesmo artigo dispensa por excepcionalidade a estimativa preços mediante justificativa da autoridade competente**, tendo em vista a necessidade de enfrentamento emergencial que o caso requer, sendo um procedimento compulsório neste quadro atípico, AUTORIZO o início dos procedimentos para a adoção das medidas necessárias quanto a elaboração de Termo de Referência para aquisição de Máscara N95, de forma a atender as necessidades emergenciais.

Encaremos urgência nos procedimentos, visto a grande dificuldade de encontrar este produto no mercado.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos**, **Subsecretário**, em 27/03/2020, às 10:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3945299** e o código CRC **D9A27FC5**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007067/2020

SEI nº 3945299

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

A Coordenadoria de Qualificação de Materiais/SES,

Solicitamos preparar termo de referencia conforme demanda inicial para o item Mascara N95. A quantidade será de 150 mil unidades conforme entendimentos verbais mantidos com a Subsecretaria Executiva, na qual ratificará na ocasião da análise e AUTORIZAÇÃO do termo.

Gustavo Borges da Silva
Superintendente de Logistica, Suprimentos e Patrimonio

Rio de Janeiro, 27 de março de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Borges da Silva, Superintendente**, em 27/03/2020, às 10:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3945804** e o código CRC **1815DCF1**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007067/2020

SEI nº 3945804

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À SUBEX/SES.

Trata-se da solicitação de aquisição de Máscara N95, para atendimento ao processo SEI-080001/007067/2020 conforme demanda do despacho 3945804.

Considerando a Lei 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus.

Considerando o decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus.

Considerando que essa área técnica não restringe a competição das empresas participantes.

Considerando que não há justificativa para alguma especificação do objeto que possa restringir a competição e que a documentação técnica exigida, não restringe a competição.

Considerando que o referido processo, não limita tempo ou época ou local específico.

Encaminhamos Termo de Referência 58/2020 para ciência e autorização para prosseguimento.

TERMO DE REFERÊNCIA - 58/2020

I. Objeto

Trata-se de aquisição de Máscara N95 para realizar atendimento dos pacientes com suspeitos e diagnosticados com COVID 19.

II. Justificativa

1. Tendo em vista o crescente aumento de casos relativos ao Coronavírus (COVID 19), com base na Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, encaminhamos o presente processo objetivando a compra em caráter emergencial do material abaixo relacionado conforme despacho (3945804).
2. Temos a informar que o item é um bem comum, nos termos da Lei 10520/2002, tendo padrão de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações no mercado.

III. Relação dos materiais, especificações e quantidades planejada.

Item	Especificação	Quantitativo	III.					
01	Máscara N95	150,000						

ITEM	CÓDIGO AUTOEST	ID	SIGA	ESPECIFICAÇÃO	UNID
01			4240.005.0019	Máscara de proteção. Respirador semifacial descartável, classe (PFF2/ N 95), modelo dobrável, com filtro de tratamento eletrostático, TNT na parte interna, clip nasal interno em metal revestido de plástico que facilita a vedação e elásticos de látex com regulador. Oferece proteção poeiras, nevoas não oleosa e fumos. Embalado individualmente. uso hospitalar, Embalagem conforme portaria MS e atender a NBR 13698 e 13697.	150.000 Unidades.
Total de itens: 01					
Requisitante: SUBEX/SES					

VI. Da avaliação técnica

1. Será exigida da primeira colocada apresentação de AMOSTRAS DOS ITENS na seguinte forma: folder, catálogo, manuais e ou declarações do fabricante que demonstrem tal especificação, A licitante da melhor proposta classificada na fase de lances fica obrigada sob pena de desclassificação, a apresentar imediatamente as Amostras.
2. As amostras apresentadas para análise deverão estar corretamente identificadas com etiquetas conforme modelo abaixo com: marca, fornecedor, tamanho, pregão e numeração do lote e o nome do licitante responsável pelo envio.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Pregão Eletrônico:

Processo nº E-08/xxxx/aaaa

Item nº 00: (nomear/ ANVISA)

Marca:

Fornecedor:

Tamanho:

3. O fornecedor que for o primeiro colocado em vários itens de um mesmo produto ou lote, deverá apresentar sob pena de desclassificação, as amostras para cada um dos itens por ele arrematados devido à necessidade de serem analisados por serviços diferentes.
4. As amostras deverão ser encaminhadas para a Coordenação de Licitação, localizada na Rua México, nº 128, 6ª andar, sala 605, Centro - RJ, CEP: 20.031-142.
5. A análise das amostras do produto cotado será realizada por profissionais habilitados da área técnica da Superintendência de Qualidade das Unidades de Saúde – SES/RJ, definido pela Coordenação de Qualificação de Material, onde serão avaliados itens como:
 - a. Será verificada a conformidade do produto com a especificação requerida no edital;
 - b. Será verificada se apresenta descrição no idioma português;
6. O Parecer Técnico a cerca do produto cotado será emitido pela Coordenação de Qualificação de Material após a:
 - c. Verificação da conformidade do produto com a especificação requerida no edital;
 - d. Verificação e análise da documentação técnica contida no edital;
 - e. Avaliação do produto (folder, catálogo, manuais e ou declarações do fabricante que demonstrem tal especificação) pela área técnica.
7. Caso ainda haja dúvidas na avaliação do produto a Coordenação de Qualificação de Material poderá solicitar mais amostras ao arrematante.
8. A desclassificação da proposta na forma prevista no item anterior acarretará a convocação do segundo colocado, adotando-se a mesma metodologia.
9. Todos os materiais listados deverão ser novos, nunca utilizados, sendo proibido o fornecimento de materiais usados ou recondiciona.
10. Considerando a situação de emergência na saúde pública conforme decreto 46.973 de 16 de março de 2020.
11. Considerando que o item é de extrema importância para manutenção dos cuidados aos pacientes internados.
12. Considerando que, excepcionalmente neste período de pandemia pelo COVID 19, a avaliação técnica será realizada por catalogo, sendo assim os itens solicitados devem possuir qualidades, apresentação conforme solicitação do ministério da saúde, eficácia para evitar danos ou traumas aos pacientes atendidos as Unidades da SES.
13. Considerando que o produto apresente defeito de fabricação, dificuldade na utilização da técnica o fornecedor deverá realizar a troca imediatamente ao ser solicitado.

V. Da documentação técnica

1. Será exigida do arrematante de cada item a apresentação de documentos em cópia autenticada, para a Qualificação Técnica conforme abaixo:
2. Atestado de Capacitação Técnica - ACT (pessoa jurídica), para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através de um ou mais atestados, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.
3. Licença de Funcionamento Sanitário – LFS, emitido pelo Órgão Sanitário competente. Caso a LFS esteja vencida, deverá ser apresentado também o documento que comprove seu pedido de revalidação.
4. Autorização de Funcionamento da Empresa – AFE (licitante) expedida pela ANVISA/Ministério da Saúde, compatível com o objeto da Licitação. Se tratando de distribuidora deverá também enviar a autorização de Funcionamento do fabricante do produto ofertado;
5. Certificado de Registro do Produto emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde.
6. Certificado de C. A (Certificado de Aprovação) conforme Norma Regulamentadora nº6, do Ministério do Trabalho e Emprego.

VII. Considerações para as entregas

1. Local de entrega – Coordenação Geral de Armazenagem – Rua Dr. Luiz Palmier nº 762 – Barreto – Niterói. E/ou Unidades a serem definidas pela SES/RJ.
2. Os produtos terão que possuir no ato da entrega, validade mínima de 85% (oitenta e cinco por cento) do prazo de fabricação. Caso não possuam essa validade o vencedor do certame deverá apresentar carta de compromisso onde se responsabiliza pela troca do produto.
3. Prazo de entrega imediato, contados da data de assinatura do termo do contrato.

Raquel Baltar

Assistente Técnica da Coordenação de Qualificação de Material

ID 3107177-5

De acordo,

Gustavo Borges da Silva

Superintendente de Logística Suprimento e Patrimônio

ID 5097688-5



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Borges da Silva, Superintendente**, em 27/03/2020, às 11:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3946543** e o código CRC **8CE49E46**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007067/2020

SEI nº 3946543

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Superintendência de Compras e Licitações / SES,

À Coordenação de Compras / SES,

Trata o presente processo sobre a aquisição de Máscara N95 para realizar atendimento dos pacientes com suspeitos e diagnosticados com COVID 19.

Considerando as especificações dispostas no Termo de Referência Nº 58/2020 (3946543), fica **AUTORIZADO** o início dos procedimentos administrativos visando atendimento ao pleito.

Rio de Janeiro, 27 de Março de 2020.

Gabriell Neves
Subsecretário Executivo
ID: 5010163-3



Documento assinado eletronicamente por **Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos, Subsecretário**, em 27/03/2020, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3947829** e o código CRC **565AF373**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007067/2020

SEI nº 3947829

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br

Assunto:

Cotação Emergencial Máscaras N95 - SEI-080001/007067/2020

De: Diego da Silva Barreira

Enviada em: sexta-feira, 27 de março de 2020 10:24

Para: maiafrc@gmail.com; rsf296@hotmail.com; psantos@unlimited-eventos.com; ambienteescosol@gmail.com; marinaldo.ponchet@gmail.com; licitacao@speeddistribuidora.com.br; licitacao3@cariocamed.com.br; sogamaxmed@gmail.com; m4x.med@outlook.com.br; atendimento@avantebr.com.br; novalineafarmaceutica@gmail.com; comercial.imperialpharma@gmail.com; marcelo_roliveira@hotmail.com; contato@dimaster.com.br; miriam@adefrio.com.br; ecomed@ecommed.com.br; contato@empramed.com.br; unitec@unitec-hospitalar.com.br; representacao.statusfarma@gmail.com

C/c: Derlan Dias (derlan_der@hotmail.com)

Assunto: Cotação Emergencial Máscaras N95 - SEI-080001/007067/2020

Prezados, bom dia.

Solicitamos que seja verificado a possibilidade de envio de orçamento referente a **aquisição de Máscara N95, em caráter emergencial, para atendimento aos pacientes portadores do Coronavírus (COVID 19)**, conforme condições, especificações, quantidades estimadas e exigências estabelecidas no Termo de Referência abaixo.

Certo do atendimento, **com a URGÊNCIA que o caso requer.**

TERMO DE REFERÊNCIA - 58/2020

I. Objeto

Trata-se de aquisição de Máscara N95 para realizar atendimento dos pacientes com suspeitos e diagnosticados com COVID 19.

II. Justificativa

1. Tendo em vista o crescente aumento de casos relativos ao Coronavírus (COVID 19), com base na Lei° 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4°, encaminhamos o presente processo objetivando a compra em caráter emergencial do material abaixo relacionado conforme despacho (3945804).
2. Temos a informar que o item é um bem comum, nos termos da Lei 10520/2002, tendo padrão de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações no mercado.

III. Relação dos materiais, especificações e quantidades planejada.

Item	Especificação	Quantitativo
01	Máscara N95	150.000

III.

ITEM	CÓDIGO AUTOEST	ID	SIGA	ESPECIFICAÇÃO	UNID
01			4240.005.0019	Máscara de proteção. Respirador semifacial descartável , classe (PFF2/ N 95), modelo dobrável, com filtro de tratamento eletrostático, TNT na parte interna, clip nasal interno em metal revertido de plástico que facilita a vedação e elásticos de látex com regulador. Oferece proteção poeiras, nevoas não oleosa e fumos. Embalado individualmente. uso hospitalar, Embalagem conforme portaria MS e atender a NBR 13698 e 13697.	150.000 Unidades.
Total de itens: 01					
Requisitante: SUBEX/SES					

VI. Da avaliação técnica

1. Será exigida da primeira colocada apresentação de AMOSTRAS DOS ITENS na seguinte forma: folder, catálogo, manuais e ou declarações do fabricante que demonstrem tal especificação, A licitante da melhor proposta classificada na fase de lances fica obrigada sob pena de desclassificação, a apresentar imediatamente as Amostras.
2. As amostras apresentadas para análise deverão estar corretamente identificadas com etiquetas conforme modelo abaixo com: marca, fornecedor, tamanho, pregão e numeração do lote e o nome do licitante responsável pelo envio.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Pregão Eletrônico:

Processo nº E-08/xxxxx/aaaa

Item nº 00: (nomear/ ANVISA)

Marca:

Fornecedor:

Tamanho:

3. O fornecedor que for o primeiro colocado em vários itens de um mesmo produto ou lote, deverá apresentar sob pena de desclassificação, as amostras para cada um dos itens por ele arrematados devido à necessidade de serem analisados por serviços diferentes.
4. As amostras deverão ser encaminhadas para a Coordenação de Licitação, localizada na Rua México, nº 128, 6ª andar, sala 605, Centro - RJ, CEP: 20.031-142.
5. A análise das amostras do produto cotado será realizada por profissionais habilitados da área técnica da Superintendência de Qualidade das Unidades de Saúde – SES/RJ, definido pela Coordenação de Qualificação de Material, onde serão avaliados itens como:
 - a. Será verificada a conformidade do produto com a especificação requerida no edital;
 - b. Será verificada se apresenta descrição no idioma português;
6. O Parecer Técnico a cerca do produto cotado será emitido pela Coordenação de Qualificação de Material após a:
 - c. Verificação da conformidade do produto com a especificação requerida no edital;
 - d. Verificação e análise da documentação técnica contida no edital;
 - e. Avaliação do produto (folder, catálogo, manuais e ou declarações do fabricante que demonstrem tal especificação) pela área técnica.
7. Caso ainda haja dúvidas na avaliação do produto a Coordenação de Qualificação de Material poderá solicitar mais amostras ao arrematante.
8. A desclassificação da proposta na forma prevista no item anterior acarretará a convocação do segundo colocado, adotando-se a mesma metodologia.

9. Todos os materiais listados deverão ser novos, nunca utilizados, sendo proibido o fornecimento de materiais usados ou recondiciona.
10. Considerando a situação de emergência na saúde pública conforme decreto 46.973 de 16 de março de 2020.
11. Considerando que o item é de extrema importância para manutenção dos cuidados aos pacientes internados.
12. Considerando que, excepcionalmente neste período de pandemia pelo COVID 19, a avaliação técnica será realizada por catálogo, sendo assim os itens solicitados devem possuir qualidades, apresentação conforme solicitação do ministério da saúde, eficácia para evitar danos ou traumas ao pacientes atendidos as Unidades da SES.
13. Considerando que o produto apresente defeito de fabricação, dificuldade na utilização da técnica o fornecedor devesse realizar a troca imediatamente ao ser solicitado.

V. Da documentação técnica

1. Será exigida do arrematante de cada item a apresentação de documentos em cópia autenticada, para a Qualificação Técnica conforme abaixo:
2. Atestado de Capacitação Técnica - ACT (pessoa jurídica), para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através de um ou mais atestados, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.
3. Licença de Funcionamento Sanitário – LFS, emitido pelo Órgão Sanitário competente. Caso a LFS esteja vencida, deverá ser apresentado também o documento que comprove seu pedido de revalidação.
4. Autorização de Funcionamento da Empresa – AFE (licitante) expedida pela ANVISA/Ministério da Saúde, compatível com o objeto da Licitação. Se tratando de distribuidora deverá também enviar a autorização de Funcionamento do fabricante do produto ofertado;
5. Certificado de Registro do Produto emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde.
6. Certificado de C. A (Certificado de Aprovação) conforme Norma Regulamentadora nº6, do Ministério do Trabalho e Emprego.

VII. Considerações para as entregas

1. Local de entrega – Coordenação Geral de Armazenagem – Rua Dr. Luiz Palmier nº 762 – Barreto – Niterói. E/ou Unidades a serem definidas pela SES/RJ.
2. Os produtos terão que possuir no ato da entrega, validade mínima de 85% (oitenta e cinco por cento) do prazo de fabricação. Caso não possuam essa validade o vencedor do certame deverá apresentar carta de compromisso onde se responsabiliza pela troca do produto.
3. Prazo de entrega imediato, contados da data de assinatura do termo do contrato.

Raquel Baltar

Assistente Técnica da Coordenação de Qualificação de Material

ID 3107177-5

De acordo,

Gustavo Borges da Silva

Superintendente de Logística Suprimento e Patrimônio

ID 5097688-5

Rio de Janeiro, 27 de março de 2020

Atenciosamente,

Diego Barreira

Secretaria de Estado de Saúde - SES/RJ

Coordenação de Compras

Tel: (21) 2333.3943

CNPJ: 42.498.717/0001-55

Rua do México 128 - 6º andar - sala 605 - Centro -RJ - Cep: 20031-142

www.saude.rj.gov.br

Rio de Janeiro, 27 de Março de 2020

A Secretaria de Saúde do RJ - SESRJ.

Proposta que faz SYSGRAPHIC COMÉRCIO E SERVIÇO, situada na Rua. Guaicurus, 18, 24360-290 Rio de Janeiro, RJ, CNPJ nº 09.504.222/0001-16, Inscrição Estadual nº 78.490.764, para fornecimento do seguinte item:

QUANT	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL FOB R\$
(150.000)	Respiradores de máscara facial de filtragem (FFR), chamados de respiradores descartáveis, modelo KN95, recomendado pelas autoridades de saúde durante situações de pandemia ou emergência. - Máscara descartável KN95 de 4 camadas - Antivírus, Anti-Haze PM2.5 - Antipoeira - Material: pp não tecido, algodão macio, - filtro queimado fundido - Cor branca - Função: antivírus / prevenir gripe / anti-soro / poeira Estilo: gancho de orelha Certificação: China GB2626-2006 Nível KN95	2.850.000,00
	TOTAL	2.850.000,00

Conta para Transferencia:
SysGraphic Comercio e Serviços
Banco: Itaú
Agencia: 0302
Conta: 45916-9

PRAZO DE ENTREGA : 15 (Quinze) dias.

IMPOSTOS e Frete: Todos os custos de qualquer natureza, tais como, Impostos, frete, etc, estão incluso no preço.

GARANTIA: 12 meses.

VALIDADE DA PROPOSTA: 20 (vinte) dias.

Atenciosamente,



SysGraphic Comércio e Serviços
 Marinaldo Lira Ponchet

De acordo:

Secretaria de Saúde do RJ:

Em:

SysGraphic Comércio e Serviços de Equipamentos Gráficos LTDA
 Rua Guaicurus, 18 – São Francisco
 24210-240 Niterói, RJ

E-mail: marinaldo.ponchet@gmail.com
 Internet: www.sysgraphic.com.br

Zimbra


diego.barreira@saude.rj.gov.br

orçamento

De : Comercial Statusfarma

sex, 27 de mar de 2020 12:31

<representacao.statusfarma@gmail.com>

 1 anexo**Assunto :** orçamento**Para :** Diego da Silva Barreira

<diego.barreira@saude.rj.gov.br>

Boa tarde,

Envio o orçamento, conforme solicitado.

Att,

STATUS FARMA

 **Proposta Status Farma.docx**46 KB



CNPJ 07.527.894/0001-11
INSCRIÇÃO ESTADUAL 87.332.691

PROPOSTA

Rio de Janeiro, 27 de março 2020.


ESPECIFICAÇÃO	QUANT	Valor Unit.	Valor Total
Máscara de proteção. Respirador semifacial descartável , classe (PFF2/ N 95), modelo dobrável, com filtro de tratamento eletrostático, TNT na parte interna, clip nasal interno em metal revertido de plástico que facilita a vedação e elásticos de látex com regulador. Oferece proteção poeiras, nevoas não oleosa e fumos. Embalado individualmente. uso hospitalar, Embalagem conforme portaria MS e atender a NBR 13698 e 13697.	150.000	R\$ 20,00	R\$ 3.000.000,00

Zimbra**diego.barreira@saude.rj.gov.br**

COTAÇÃO

De : IMPERIAL PHARMA
<comercial.imperialpharma@gmail.com>

sex, 27 de mar de 2020 12:24

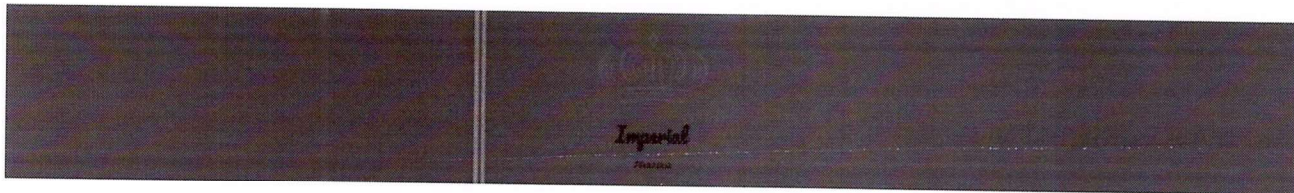
 1 anexo

Assunto : COTAÇÃO

Para : Diego da Silva Barreira
<diego.barreira@saude.rj.gov.br>

Segue proposta.

 **Proposta IMPERIAL (3).docx**
20 KB



Proposta de preço

Rio de Janeiro, 27/03/2020

À
Coordenação de Compras - SES

Segue proposta conforme solicitado:

Especificação	QT	Valor Unit.
Máscara de proteção. Respirador semifacial descartável , classe (PFF2/ N 95), modelo dobrável, com filtro de tratamento eletrostático, TNT na parte interna, clip nasal interno em metal revertido de plástico que facilita a vedação e elásticos de látex com regulador. Oferece proteção poeiras, nevoas não oleosa e fumos. Embalado individualmente. uso hospitalar, Embalagem conforme portaria MS e atender a NBR 13698 e 13697.	150.000	22,00

Valor Total R\$ 3.300.000,00

Validade do orçamento 90 dias.

R A O SILVA FARMACÊUTICA
CNPJ 12.348.346/0001-64
Rua Felizardo, 111 - 031-160, RJ



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Superintendência de Logística

Trata-se de aquisição de Máscara N95 para realizar atendimento dos pacientes com suspeitos e diagnosticados com COVID 19.

Considerando a autorização da Subsecretaria Executiva em despacho 3947829, a Coordenação de Compras buscou empresas do ramo, possíveis interessadas no envio de cotação.

Ressaltamos que apenas 03 (três) empresas enviaram propostas, conforme discriminado abaixo:

- SYSGRAPHIC, 3952016;
- STATUS, 3952057;
- IMPERIAL, 3952087.

Desta forma, encaminhamos o administrativo para que seja verificado se as propostas das empresas atendem as disposições do Termo de Referência.

Pelo exposto, sugerimos posterior retorno a esta Coordenação com as devidas deliberações haja vista a urgência que o caso requer.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Derlan Dias Maia, Ajudante**, em 27/03/2020, às 13:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3952122** e o código CRC **DDCEFC9**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007067/2020

SEI nº 3952122

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Coordenação de Qualificação de Materiais/ SES

Solicitando avaliar descritivo enviado nas propostas dos anexos 3952016, 3952057 e 3952087 através do despacho da Coordenação de Compras 3952122.

Atenciosamente,

Gustavo Borges da Silva
Superintendente de Logística, Suprimentos e Patrimônio
ID: 5097688-5

Rio de Janeiro, 27 de Março de 2020.

Referência: Processo nº SEI-08/001/0007067/2019	<div>SEI nº</div> <div>3952525</div>
--	--------------------------------------

Rio de Janeiro, 27 de março de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Borges da Silva, Superintendente**, em 27/03/2020, às 14:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3952525** e o código CRC **095091A1**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007067/2020

SEI nº 3952525

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Coordenação de Compras/SES

Trata-se de processo administrativo para aquisição de Máscara N95 para realizar atendimento dos pacientes com suspeitos e diagnosticados com COVID 19.

Considerando conforme solicitação aos despachos nº 3952122 e 3952525.

Após análise das especificações encaminhadas pelas empresas concluímos o que segue:

- **Despacho de proposta - 3952016** – Inicialmente não atende as especificações solicitadas no descritivo, conforme solicitado no despacho (3946543), solicitado Respirador semi facial descartável, classe (PFF2/ N 95).
- **Despachos das propostas – 3952057 e 3952087** – Inicialmente atendem as especificações técnicas solicitadas no descritivo do Termo de Referência - 58/2020.

Informamos que a **análise da Coordenação de Qualificação de Material se restringiu às questões técnicas**, não tendo sido levada em consideração as questões jurídicas e de economicidade, cabendo essas análises aos setores competentes.

Raquel Baltar

Assistente Técnica da Coordenação de Qualificação de Material

ID 3107177-5

De acordo,

Gustavo Borges da Silva

Superintendente de Logística Suprimento e Patrimônio

Rio de Janeiro, 27 de março de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Borges da Silva, Superintendente**, em 27/03/2020, às 18:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3958758** e o código CRC **E3CBCA3D**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007067/2020

SEI nº 3958758

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br

RE: ESPECIFICAÇÃO

MP

Marinaldo Lira Ponchet <marinaldo.ponchet@gmail.com>

Sex, 27/03/2020 18:21

Você; maiafrc@gmail.com

Secretaria de Saúde do RJ- C...
113 KB

Technical_Data_Sheet-KN95.p...
396 KB

2 anexos (509 KB) Baixar tudo Salvar tudo no OneDrive

Boa Tarde Sr Derlan,

Atualizei a proposta e retirei a sigla FFR, que é utilizado para referenciar

"Respiradores de máscara facial de filtragem",,

Os produtos N95, KN95 e FFP2, são todos equivalentes, o que muda é onde é produzido,

N95 no USA, KN95 na China e FFP2 na Europa,

estou anexando informação técnica, sobre o KN95,

Os produtos vem com certificado, vou solicitar copia do certificado.

Para quaisquer outras informação, fico a disposição,

Att,

Marinaldo.

[Redacted signature block]

marinaldo@sysgraphic.com.br

sysgraphic@gmail.com

marinaldo.ponchet@gmail.com

www.sysgraphic.com.br





Technical Data Sheet

KN95 Respirator Face Mask

Contact Information:

Distributor: ACS Material, LLC.

Address: 959 E Walnut St., Suite 100,
Pasadena, CA 91106, USA

Phone: (866)-227-0656

Fax: (781)-518-0284

E-Mail: contact@acsmaterial.com

Revision: 031920

1. Product Overview

Filtering facepiece respirators (FFR), which are also called disposable respirators, are subject to various regulatory standards around the world (see examples below). Certain required physical properties and performance characteristics are specified in order for respirators to claim compliance with the particular standard. N95/KN95/FFP2 respirators are commonly recommended by health authorities during pandemic or emergency situations. They are not exactly the same, but respirators certified as meeting these standards can be expected to function very similar to one another.

- N95 (United States NIOSH-42CFR84)
- KN95 (China GB2626-2006)
- FFP2 (Europe EN 149-2001)

3M released a Technical Bulletin on January 2020 regarding [Comparison of FFP2, KN95, and N95 and Other Filtering Facepiece Respirator Classes](#). Based on this comparison, it is reasonable to consider China KN95, as “equivalent” to US NIOSH N95 and European FFP2 respirators, for filtering non-oil-based particles such as those resulting from wildfires, PM 2.5 air pollution, volcanic eruptions, or bioaerosols (e.g. viruses).

2. Specifications

Product Name:	KN95 Respirator Face Mask
Aerosol Type:	Non-Oil
Color:	White
Size:	Universal
Exhalation Valve:	NO
Strap Attachment:	Stapled
Adjustable Nose Clips:	Yes
Standards:	KN95 (China GB2626-2006)
Certification:	FDA & CE Certified



Note:

1. Not suitable for harmful gases and steam
2. Not suitable for hypoxic environments, underwater operations or fire fighting

Disclaimer: ACS Material, LLC believes that the information in this Technical Data Sheet is accurate and represents the best and most current information available to us. ACS Material makes no representations or warranties either express or implied, regarding the suitability of the material for any purpose or the accuracy of the information contained within this document. Accordingly, ACS Material will not be responsible for damages resulting from use of or reliance upon this information.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

À Superintendência de Logistics,

Tendo em vista que a proposta da empresa SYSGRAPHIC foi inabilitada por falta de especificação. 3958758

Insta salientar que a Coordenação de Compras entrou em contato com a refrida empresa para solicitar especificação completa do produto. 3961308 e 3961326

Desta forma, encaminho o presente processo para verificar se a proposta atende as disposições fixadas do Termo de Referência, após a empresa enviar a complementação da especificação.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Derlan Dias Maia, Ajudante**, em 27/03/2020, às 19:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3961336** e o código CRC **DD040B58**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007067/2020

SEI nº 3961336

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142

Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

TERMO DE CANCELAMENTO DO DOCUMENTO SEI (#3962676#)

Para todos os efeitos, o documento abaixo especificado não possui validade pelas razões a seguir apresentadas.

Número SEI do Documento	SEI-080001/007067/2020 - anexo <u>3962676</u>
Tipo do documento	Dspacho
Razão da Invalidação	<i>Depacho inserido por engano</i>

Rio de Janeiro, 30 março de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Borges da Silva, Superintendente**, em 30/03/2020, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3967052** e o código CRC **393DAFB2**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007067/2020

SEI nº 3967052



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

A Coordenação de Compras/SES,

Considerando os anexos apresentados e a solicitação de revisão dos descritivos por parte desta Coordenação de Compras informamos que inicialmente atende ao solicitado.

Gustavo Borges da Silva
Superintendente de Logística, Suprimentos e Patrimônio

Rio de Janeiro, 30 de março de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Borges da Silva, Superintendente**, em 30/03/2020, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3968505** e o código CRC **BOC6C096**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007067/2020

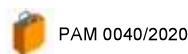
SEI nº 3968505

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br

Requisição | SRP&BP | Contratação | Cadastro | Gestão |



Empresa: GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Usuário: DERLAN DIAS MAIA

[Início](#) [Help](#) [Suporte](#)[Encerrar](#)

PAM 0040/2020

[Requisição](#) [Definição de Processos](#) [Requisição de Compra](#)

REQUISIÇÃO DE ITEM - PAM 0040/2020

DADOS GERAIS DA REQUISIÇÃO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Presidente Vargas, 670

Centro - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro

CEP: 20071-001

C.N.P.J: 42.498.675/0001-52

Data: 27/03/2020

Status: Em Processo

Unidade Compradora: 296100 - FES - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Tipo: Processo Padrão

Contrato por Tempo de Serviço: Não

Valor Total Previsto: R\$ 2.850.000,00

Elaborado Por: DIEGO DA SILVA BARREIRA

E-mail: diegosilvabarreira@hotmail.com

Arquivos Anexados:

11 ARTIGOS PROTECAO, SALVAMENTO E SINALIZACAO - 4240 EQUIPAMENTOS PARA BUSCA E EQUIPAMENTOS PARA SEGURANCA

Item	Valor Unitário	Quantidade
1 - RESPIRADOR / MASCARA RESPIRATORIA, TIPO: SEMI-FACIAL DESCARTAVEL, ANTIALERGICA, INODORA, ATOXICA, CLASSE: PFF2/N95, PROTECAO: VAPORES ORGANICOS, FORMATO: ANATOMICO, MATERIAL: FIBRAS DE CELULOSE/POLIESTER, QUANTIDADE CAMADA: DUPLA, FILTRO: BIOLOGICO, PRECISAO FILTRAGEM: N/A, FIXACAO: TIRAS ELASTICAS COM CLIPE NASAL Código do Item: 4240.005.0019 (ID - 98132)	R\$ 19,0000	150000 UN

Local Entrega: Conforme TR.

WORKFLOW DE APROVAÇÃO

Aprovador	Pendente	Aprovado	Rejeitado	P/aprovação	Data/Hora
DIEGO DA SILVA BARREIRA					27/03/2020 14:40

OBSERVAÇÃO DA REQUISIÇÃO

PROCESSO

Processo	Unidade Compradora	Dt. Criação	Responsável	Status
SEI-080001/007067/2020	296100 - FES - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	27/03/2020	DIEGO DA SILVA BARREIRA	Aguardando Planejamento

PESQUISA DE MERCADO - 02382/2020

Unidade Compradora: FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Data da Criação: 27/03/2020

Tipo de Aquisição: Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus

Forma: Processo Padrão

Contrato por Tempo de Serviço: Não

Status: Finalizado

Processo: SEI-080001/007067/2020

Anexo Pesq. de Mercado:

Anexo Termo Justificativa:

Neste momento não há Preço de Referência disponível.

FORNECEDORES REGISTRADOS / CREDENCIADOS

Fornecedores Participantes	Dt.Envio	Dt.Resposta	Dt.Validade	Tp.Pesquisa	Status
<input type="checkbox"/> STATUS FARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	-----	27/03/2020	-----	E-Mail	Cotado - 1
<input type="checkbox"/> SYSGRAPHIC COMERCIO E SERV IÇOS DE EQUIPAMENTOS GRÁFICOS LTDA	-----	27/03/2020	-----	E-Mail	Cotado - 1

Itens (1 - 2) de 2 Itens

FORNECEDORES NÃO REGISTRADOS

Fornecedores Participantes	Dt.Envio	Dt.Resposta	Dt.Validade	Tp.Pesquisa	Status
IMPERIAL PHARMA	-----	27/03/2020	-----	E-Mail	Cotado

WORKFLOW DE APROVAÇÃO

Aprovador

(0) GABRIELL CARVALHO NEVES F. DOS SANTOS

Pendente

Aprovado

Rejeitado

P/aprovação

Data/Hora

30/03/2020 17:43



Retornar



Preços Orçados



Preços Praticados



Mapa de Preço

PROCESSO DE COMPRA - SEI-080001/007067/2020

Unidade Gestora do Processo: 296100 - FES - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Data de Criação do Processo: 27/03/2020 14:41:59

Criador do Processo: DIEGO DA SILVA BARREIRA

Tipo: Processo Padrão

Tipo do Processo: PAM

Pesquisa de Mercado: 02382/2020

Função de cálculo da pesquisa: Mínimo

Valor Total: R\$ 2.850.000,00

O Processo não possui itens de Banco de Preço.

MAPA DE PESQUISA DE PREÇOS

PESQUISA REALIZADA NO
PERÍODO DE:
27/03/2020 até 30/03/2020

FAMÍLIA : ARTIGOS PROTECAO, SALVAMENTO E SINALIZACAO - EQUIPAMENTOS PARA BUSCA E EQUIPAMENTOS PARA SEGURANCA - RESPIRADOR / MASCARA RESPIRATORIA

ITEM : (ESPECIFICAÇÃO) RESPIRADOR / MASCARA RESPIRATORIA, TIPO: SEMI-FACIAL DESCARTAVEL, ANTIALERGICA, INODORA, ATOXICA, CLASSE: PFF2/N95, PROTECAO: VAPORES ORGANICOS, FORMATO: ANATOMICO, MATERIAL: FIBRAS DE CELULOSE/POLIESTER, QUANTIDADE CAMADA: DUPLA, FILTRO: BIOLOGICO, PRECISAO FILTRAGEM: N/A, FIXACAO: TIRAS ELASTICAS COM CLIPE NASAL
Cód do Item: 4240.005.0019 (ID - 98132)

QUANTIDADE: 150000
UNIDADE DE MEDIDA: UNIDADE

FORNECEDOR	UF	PREÇO UNITÁRIO	MARCA
IMPERIAL PHARMA	---	22,0000	-
STATUS FARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	RJ	20,0000	-
SYSGRAPHIC COMERCIO E SERV IÇOS DE EQUIPAMENTOS GRÁFICOS LTDA 🏆	RJ	19,0000	-
MINIMO		19,0000	



Retornar



Imprimir

Requisição | SRP&BP | Contratação | Cadastro | Gestão |

**SIGA** - Sistema Integrado de Gestão de Aquisições
GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**FAZENDA E PLANEJAMENTO**
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento do Rio de Janeiro

Empresa: GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Usuário: DERLAN DIAS MAIA

 Início  Help  Suporte Encerrar

[Requisição](#) [Definição de Processos](#) [Exibição de Processos](#)

Enquadramento Legal gravado com sucesso.

**PROCESSO DE COMPRA - SEI-080001/007067/2020****DADOS GERAIS DO PROCESSO DE COMPRA****GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Av. Presidente Vargas, 670
Centro - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro
CEP: 20071-001
C.N.P.J.: 42.498.675/0001-52

Unidade: 296100 - FES - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE**Data de Criação:** 27/03/2020 14:41:59**Criador:** DIEGO DA SILVA BARREIRA**Tipo do Processo:** PAM**Tipo:** Processo Padrão**Contrato por Tempo de Serviço:** Não**Status:** Aguardando Planejamento**Pesquisa de Mercado:** 02382/2020**Anexos da Pesquisa de Mercado:****Termo de Justificativa:****Valor Total do Processo:** 2.850.000,00**Tipo de Aquisição:** Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus**Objeto do Processo:** Trata-se de aquisição de Máscara N95.**Razão do Pedido:** Atendimento dos pacientes com suspeitos e diagnosticados com COVID 19.**Enquadramento Legal:**


R\$ 19,0000
(Lei Fed. 13.979/20
art. 4º - Combate
Corona Vírus)



Gravar Enquadramento

☐ Requisição - PAM 0040/2020**Anexos:**

Item	VI. Cotado	VI.Ref.	Metodologia de Cálculo	Quantidade
1 - RESPIRADOR / MASCARA RESPIRATORIA, TIPO: SEMI-FACIAL DESCARTAVEL, ANTIALERGICA, INODORA, ATOXICA, CLASSE: PFF2/N95, PROTECAO: VAPORES ORGANICOS, FORMATO: ANATOMICO, MATERIAL: FIBRAS DE CELULOSE/POLIESTER, QUANTIDADE CAMADA: DUPLA, FILTRO: BIOLOGICO, PRECISAO FILTRAGEM: N/A, FIXACAO: TIRAS ELASTICAS COM CLIPE NASAL Código do Item: 4240.005.0019 (ID - 98132)	R\$ 19,0000 (Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus)	Pesquisa de Mercado	-----	150000 UN

 **SYSGRAPHIC COMERCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS GRÁFICOS LTDA(09.504.222/0001-16)****Justificativa:** Menor valor apresentado.**Exibir Local de Entrega****ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO**Requisições Pesquisa de Mercado **WORKFLOW DE APROVAÇÃO**

Aprovador	 Pendente	 Aprovado	 Rejeitado	 P/ aprovação	Data/Hora
------------------	---	---	--	---	------------------

CÉLULA DE CRÉDITO

Nenhuma Célula de Crédito foi definida para o Processo.



Retornar



Imprimir



Cancelar



Mapa de Preço



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

À Superintendência de Orçamentos e Finanças,

Trata-se de processo referente a aquisição de máscaras n 95, em caráter emergencial, para atendimento aos pacientes portadores do Coronavírus (COVID 19).

Considerando a autorização da Subsecretaria Executiva 3945299, quanto a tramitação emergencial referente a aquisição.

Vale ressaltar que a Coordenação de Compras buscou empresas do ramo 3951967, possíveis interessadas no envio de cotação, entretanto, apenas 03 (três) empresas enviaram orçamentos. 3952016, 3952057 e 3952087

Insta salientar que as propostas foram levadas até o Setor Requisitante, o qual habilitou tecnicamente as propostas 3958758 e 3968505, sob a alegação de que atendem as especificações do Termo de Referência.

Desta forma, encaminhamos o presente processo para que seja realizada a classificação orçamentária.

Por oportuno, solicito posterior envio a Coordenação de Contratos para tramitação processual.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Derlan Dias Maia, Ajudante**, em 30/03/2020, às 18:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3984642** e o código CRC **F196BD25**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007067/2020

SEI nº 3984642

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142

Telefone: - www.saude.rj.gov.br



PROCESSO DE COMPRA - SEI-080001/007067/2020

DADOS GERAIS DO PROCESSO DE COMPRA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Presidente Vargas, 670
Centro - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro
CEP: 20071-001
C.N.P.J: 42.498.675/0001-52

Unidade: 296100 - FES - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Data de Criação: 27/03/2020 14:41:59

Criador: DIEGO DA SILVA BARREIRA

Tipo do Processo: PAM

Tipo: Processo Padrão

Contrato por Tempo de Serviço: Não

Status: Compra Finalizada

Pesquisa de Mercado: 02382/2020

Anexos da Pesquisa de Mercado:

Termo de Justificativa:

Valor Total do Processo: 2.850.000,00

Justificativa da Aprovação: A classificação foi realizada conforme a lei do orçamento anual de 2020.

Tipo de Aquisição: Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate

Objeto do Processo: Trata-se de aquisição de Máscara N95.

Razão do Pedido: Atendimento dos pacientes com sus diagnosticados com COVID 19.

Enquadramento Legal:

R\$ 19,0000
(Lei Fed. 13.979/20
art. 4º - Combate
Corona Vírus)



Gravar Enquadramento



Requisição - PAM 0040/2020

Item	VI. Cotado	VI.Ref.	Metodologia Cálculo
1 - RESPIRADOR / MASCARA RESPIRATORIA, TIPO: SEMI-FACIAL DESCARTAVEL, ANTIALERGICA, INODORA, ATOXICA, CLASSE: PFF2/N95, PROTECAO: VAPORES ORGANICOS, FORMATO: ANATOMICO, MATERIAL: FIBRAS DE CELULOSE/POLIESTER, QUANTIDADE CAMADA: DUPLA, FILTRO: BIOLOGICO, PRECISAO FILTRAGEM: N/A, FIXACAO: TIRAS ELASTICAS COM CLIPE NASAL Código do Item: 4240.005.0019 (ID - 98132) SYSGRAPHIC COMERCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS GRÁFICOS LTDA(09.504.222/0001-16) Justificativa: Menor valor apresentado.	R\$ 19,0000 (Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus)	Pesquisa de Mercado	-----
Exibir Local de Entrega			

ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO

Requisições ↕
Pesquisa de Mercado ↕

WORKFLOW DE APROVAÇÃO

Aprovador ● Pendente ● Aprovado ● Rejeitado ● P/aprovação
BERENICE LEITE DE SOUZA ●

CÉLULA DE CRÉDITO

Célula de Crédito: PT:2961.10.302.0461.8341ED:3390.30.06FONTE:122

2020 - R\$ 2.850.000,00

 Retornar  Imprimir



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Coordenação de Contratos/SES

Despesa: Aquisição de material de consumo – **Respirador semifacial descartável , classe** (PFF2/ N 95), modelo dobrável, com filtro de tratamento eletrostático, TNT na parte interna- (It. 01 Qt 150.000); - para Rede SES-RJ, com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020 . solicitação da Subsecretaria Executiva às (3945299)

Empresa: SYSGRAPHIC COMERCIO E SERV IÇOS (Contratação: 2020000)

Valor: R\$ 2.850.000,00 (3984636)

Classificação Orçamentária:

PT: 2961.10.302.0461.8341 - ED: 3390.30.06 - FONTE: 122

Rio de Janeiro, de Março 2020.

Rosângela Ayres de Souza

Coordenação de Execução Orçamentária

ID: 1755584-1

Rio de Janeiro, 30 março de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Rosangela Ayres de Souza, Coordenadora**, em 30/03/2020, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3985042** e o código CRC **EBECE998**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007067/2020

SEI nº 3985042

Rua México 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 09504222000116

LIMPAR

Data da consulta: 27/03/2020 14:52:27
Data da última atualização: 27/03/2020 12:00:06

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado							

► [Contratação](#) ► [Registro de Ocorrências](#) ► [Registro de Ocorrências dos Fornecedores](#)

► [Lista de Empresas Fornecedoras](#)

SYSGRAPHIC COMERCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS GRÁFICOS LTDA (09.504.222/0001-16) ▼ 



Consultar

► [Status do Fornecedor:](#) **Registrado**

Não existe histórico de Registro de Ocorrências para esta empresa.

Contratação 2020001819 (Ativo)



Unidade Compradora: 296100 - FES - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Tipo de Aquisição: Compra Direta / Outras Compras

Número da Aquisição: SEI-080001/007067/2020

Tipo de Contratação: Material

Número da Contratação: FES 2020

Data de Vigência: 31/03/2020 a 30/09/2020

Gestores Responsáveis: ADRIANA NERY DA SILVA
ALESSANDRA REGINA COUTINHO DE SÁ
Camila Vichi de Freitas
ERICA DANIELE DA SILVA
LUCIANA SILVA IÓRIO
MARIA LUIZA LESSA
MELISSA REIS RIBEIRO
Monique Willeman Peçanha de Araujo
RUAN GUIMARÃES BARROS
THAÍS DE OLIVEIRA MARQUES

Empresa Contratada:

SYSGRAPHIC COMERCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS GRÁFICOS LTDA

CNPJ: 09.504.222/0001-16

RUA GUAICURUS, 18, , SÃO FRANCISCONITERÓI, Rio de Janeiro

CEP: 24360-290

Situação: Ativo

OBSERVAÇÃO

Nenhuma observação foi incluída.

PROCESSOS VINCULADOS

Processo	Unidade Gestora	Data de Criação	Data de Modificação	Situação
SEI-080001/007067/2020	296100 - FES - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	27/03/2020		Compra Finalizada

ITENS

MATERIAL - ARTIGOS PROTECAO, SALVAMENTO E SINALIZACAO - EQUIPAMENTOS PARA BUSCA E EQUIPAMENTOS PARA SEGURANCA - RESPIRADOR / MASCARA RESPIRATORIA, TIPO: SEMI-FACIAL DESCARTAVEL, ANTIALERGICA, INODORA, ATOXICA, CLASSE: PFF2/N95, PROTECAO: VAPORES ORGANICOS, FORMATO: ANATOMICO, MATERIAL: FIBRAS DE CELULOSE/POLIESTER, QUANTIDADE CAMADA: DUPLA, FILTRO: BIOLOGICO, PRECISAO FILTRAGEM: N/A, FIXACAO: TIRAS ELASTICAS COM CLIPE NASAL

Código do Item: 4240.005.0019 (ID - 98132)

Unidade	Valor Unitário	Elemento de Despesa	Sub-elemento de Despesa	Quantidade Original	Quantidade Alterada	Quantidade Programada	Quantidade Recebida	Saldo a Programar	Saldo Atual	Percentual Alterado
UN	19,000000	33903000	33903006	150000	0	150000	0	0	150000	0 %

PROGRAMAÇÃO DE ENTREGA

Entrega 1

Data: 30/09/2020

Hora: 08:00 até 17:00

Local da Entrega: AV. LUIZ PALMIER, Nº 762 - BARRETO/NITERÓI

Descrição	Quantidade Programada	Quantidade Recebida	Situação
RESPIRADOR / MASCARA RESPIRATORIA, TIPO: SEMI-FACIAL DESCARTAVEL, ANTIALERGICA, INODORA, ATOXICA, CLASSE: PFF2/N95, PROTECAO: VAPORES ORGANICOS, FORMATO: ANATOMICO, MATERIAL: FIBRAS DE CELULOSE/POLIESTER, QUANTIDADE CAMADA: DUPLA, FILTRO: BIOLOGICO, PRECISAO FILTRAGEM: N/A, FIXACAO: TIRAS ELASTICAS COM CLIPE NASAL	150000	Não recebido	

Código do Item: 4240.005.0019 (ID - 98132)

PARECER JURÍDICO

Não existem Pareceres Jurídicos para esta Contratação.

NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESA

Nenhuma Nota de Autorização de Despesa foi emitida para esta Contratação

TERMO DE ALTERAÇÃO

Etapas	Data da Alteração	Responsável
Contratação Original - Inicial	31/03/2020	GABRIELL CARVALHO NEVES F. DOS SANTOS

WORKFLOW DE APROVAÇÃO

Aprovador	 Pendente	 Aprovado	 Rejeitado	 P/Aprovação	Data/Hora
(0) GABRIELL CARVALHO NEVES F. DOS SANTOS					31/03/202009:08



Imprimir



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Superintendência de Orçamento e Finanças/SES

Trata-se do presente processo **EMERGENCIAL** que tem por objeto a aquisição de **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – RESPIRADOR SEMIFACIAL DESCARTÁVEL**, cuja empresa vencedora foi **SYSGRAPHIC COMERCIO E SERVIÇO**, referente ao item 1, pelo valor de R\$ 2.850.000,00 (Dois milhões oitocentos e cinquenta mil reais), com o prazo de vigência de 06 (seis) meses.

Encaminhamos o presente conforme solicitação, após contratação no SIGA.

Ressaltamos que em consulta no SIGA e no cadastro de empresas inidôneas e suspensas (CEIS), até a presente data a empresa não está impedida de contratar.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2020

Maria Luiza Lessa
Coordenação de Contratos
ID: 4336438-1



Documento assinado eletronicamente por **Maria Luiza Lessa, Coordenadora**, em 31/03/2020, às 10:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3988438** e o código CRC **81E982E0**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007067/2020

SEI nº 3988438

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SES
FUNDO ESTADUAL DE SAUDE

CONFERIDA

01-No. do processo E-08/ 001/007.067/2020	
02-Data 27/03/2020	03-Folha
04-Rubrica	

Nota de Autorização de Despesa - NAD - 2020001819000164

Bloco 1 - Dados de Identificação

05 - Especificação da NAD/Evento 1- Empenhamento da Despesa (400091) 2- Reforço de Empenho (400092) 1 3- Anulação do empenho (400093) 4- Canc. restos a pagar do exec. imediat. anterior (400094) 5- Canc. restos a pagar de outros exercícios (400097)	06- Categoria de gastos 1- Pessoal e Encargos 2- Juros e Enc. Dívida Interna 4 3- Juros e Enc. Dívida Externa 4- Despesas Correntes 5- Investimentos	6- Inversões Financeiras 7- Amort. Dívida Interna 8- Amort. Dívida Externa 9- Out. Desp. Cap.
---	--	--

Bloco 2 - Dados do Órgão

07-Secretaria/Órgão SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SES		08-Unidade Orcamentária 2961	09-Adiantamento 2 1-Sim 2-Não
10-Unidade Gestora Executora FUNDO ESTADUAL DE SAUDE		11-Unidade Orcamentária FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	
12-Programa de trabalho 2961.10.302.0461.8341	13-P.t.resumido 298341	14-Fonte detalhada 22	15-Nat. despesa 33903006
16-Tipo de crédito 1 1-Orçamento Geral e Suplementar 2-Especial 3-Extraordinário	17-Domicílio bancário Banco 237	Agência 6898-5	Conta corrente 2720-0

Bloco 3 - Dados de Identificação do Favorecido

18-Nome SYSGRAPHIC COMÉRCIO E SERV. DE EQUIP.GRÁFICOS LTDA			
19-Endereço RUA GUAICURUS, Nº 18		20-Domicílio bancário Banco 341	
21-Cidade NITEROI		Agência 0302	Conta corrente 45916-9
22-Estado RJ		23-CEP 24360290	
24-Código 1 1- CNPJ 3- INSCR.GENÉRICA 2- CPF 4- UG/GESTÃO	25-Número 09.504.222/0001-16	26-Insc. estadual	27-Insc.municipal

Bloco 4 - Dados para Emissão de Empenho/Anulação

28-Espécie 3 1-Ordinário 3-Estimativo 5-Global	29-Valor 2.850.000,00
30-Valor por extenso DOIS MILHOES, OITOCENTOS E CINQUENTA MIL REAIS	
31-Descrição da despesa CONTRATO - 023/2020 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO - RESPIRADOR SEMIFACIAL DESCARTÁVEL, CLASSE (PFF2/ N 95), MODELO DOBRÁVEL, COM FILTRO DE TRATAMENTO ELETROSTÁTICO, TNT NA PARTE INTERNA- (IT. 01 QT 150.000); - PARA REDE SES-RJ, COM BASE NA LEIº 13.979 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2020, ARTIGO 4º, E AINDA O DECRETO Nº 46.966 DE 11 DE MARÇO DE 2020. SOLICITAÇÃO DA SUBSECRETARIA EXECUTIVA ÀS (3945299)	

Bloco 5 - Cronograma de desembolso

Janeiro	0,00	Maio	0,00	Setembro	0,00
Fevereiro	0,00	Junho	0,00	Outubro	0,00
Março	2.850.000,00	Julho	0,00	Novembro	0,00
Abril	0,00	Agosto	0,00	Dezembro	0,00

Bloco 6 - Dados da Licitação

32-Tipo 0-Pregão Presencial 5 1-Concurso 2-Convite 3-Tomada de preços	4-Concorrência 5-Dispensa 6-Inexigível 7-Não aplicável	8-Sup. Fundos 9-Pregão Eletrônico 10-Ad.Req.Preco Int Pregão 11-Ad.Req.Preco Int Concorrência	12-Ad.Req.Preco Ext.Pregão 13-Ad.Req.Preco Ext. Concorrência	33-Data de abertura	34-Número	35-Contrato formal 1 1-Sim 2-Não
36-Base legal LEI FEDERAL NO. 8.666/1993						

Bloco 7 - Autenticações

37-EMISSOR CAMILA VICHI DE FREITAS ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	38-Ato de delegação	39-Matricula 049954	40-Data
41-ORDENADOR GABRIEL CARVALHO NEVES FRANCO DOS SANTOS SUBSECRETARIO EXECUTIVO	42-Ato de delegação RESOLUÇÃO SES1986/2020	43-Matricula 5010163-3	44-Data
45-RATIFICADOR	46-Ato de delegação	47-Matricula	48-Data

PORTARIA CG Nº. 13 DE 18 DE DEZEMBRO/08



Documento assinado eletronicamente por **Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos**, **Subsecretário**, em 01/04/2020, às 09:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3998890** e o código CRC **ABF4D910**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007067/2020

SEI nº 3998890

Rua México 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Nota de Empenho

Encerrado até Fevereiro

Identificação				
Unidade Gestora 296100 - FES		Número do Documento 2020NE02298	Data de Emissão 31/03/20	
Credor 09504222000116 - SYSGRAPHIC COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS GRAFICOS LTDA		Valor 2.850.000,00 (Dois milhões e oitocentos e cinquenta mil de reais)		
Tipo de Empenho		NE Original		
Classificação				
Natureza	339030 - Material de Consumo			
Unidade Orçamentária	29610 - Fundo Estadual de Saúde		F	
Programa de trabalho	10.302. 0461. 8341 - Assistência Ambulatorial e Hospitalar			
Id. uso	0 - Não destinado à contrapartida			
Fonte	122 - Adicional do ICMS - FECF			
Tipo de Detalhamento de Fonte	0 - Sem Detalhamento			
Detalhamento de Fonte	000000 - Sem detalhamento			
Tipo de Área Geográfica	2 - ESTADO			
Área Geográfica	3300000 - ESTADO			
Plano Interno	000000000000 - Plano Interno não identificado			
Unidade Gestora Responsável	000000 - UG não identificada			
LME	03 - Manutenção, atividades e projetos finalísticos			
Convênio de Receita	000000 - Convênio não identificado			
Convênio de Despesa	000000 - Convênio não identificado			
Contrato	20000513 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO PARA REALIZAR ATENDIMENTO DOS PACIENTES COM SUSPEITOS E DIAGNOSTICADOS COM COVID 19.			
Programa de Financiamento Externo/Interno	0 - Indefinido			
Chave SIGA	2020001819000164			
Detalhamento				
Modalidade do empenho	Estimativo	Modalidade de Licitação	05 - Dispensa	Embasamento Legal rt 24º
Origem de Material	1 - Origem nacional	Data de Entrega	Local de Entrega	
Processo	SEI-080001/007067/20	UF	Rio de Janeiro	Município Rio de Janeiro
Itens				
Tipo Patrimonial	Sub-ítem da Despesa	Classificação Complementar	Valor	
Material de Consumo	06 - MATERIAL LABORATORIAL /MATERIAL HOSPITALAR		2.850.000,00	
Cronograma				
Março	2.850.000,00			
Saldo Dotação				
Crédito disponível Antes NE	652.466.463,05	Crédito indisponível Antes NE	0,00	Valor do Empenho 0,00
				Saldo Após Empenho 649.616.463,05
Observação				
Contrato - 023/2020 - Aquisição de material de consumo - Respirador semifacial descartável , classe (PFF2/ N 95), modelo dobrável, com filtro de tratamento eletrostático, TNT na parte interna- (It. 01 Qt 150.000); - para Rede SES-RJ, com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020 . Solicitação da Subsecretaria Executiva às (3945299)				
Produtos				
Produto	Quantidade	Und. Fornec.	Preço Unitário	Preço Total
Aquisição de material de consumo	1	UN	2.850.000,00	2.850.000,00
Descrição: Contrato - 023/2020 - Aquisição de material de consumo - Respirador semifacial descartável , classe (PFF2/ N 95), modelo dobrável, com filtro de tratamento eletrostático, TNT na parte interna- (It. 01 Qt 150.000); - para Rede SES-RJ, com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020 . Solicitação da Subsecretaria Executiva às (3945299)				



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Subsecretaria Executiva

C/v: À Coordenação de Contratos/SES.

Após a emissão da NAD nº 2020001819000164 e Nota de Empenho nº 02298 , informamos.

Despesa: Contrato – 023/2020 - Aquisição de material de consumo – **Respirador semifacial descartável , classe** (PFF2/ N 95), modelo dobrável, com filtro de tratamento eletrostático, TNT na parte interna- (It. 01 Qt 150.000); - para Rede SES-RJ, com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020 . Solicitação da Subsecretaria Executiva às (3945299)

Empresa: SYSGRAPHIC COMERCIO E SERV IÇOS (Contratação: 2020001819)

Valor: R\$ 2.850.000,00 (3984636)

Classificação Orçamentária:

PT: 2961.10.302.0461.8341 - ED: 3390.30.06 - FONTE: 122

Rio de Janeiro, de Março 2020.

Rosângela Ayres de Souza
Coordenação de Execução Orçamentária
ID: 1755584-1



Documento assinado eletronicamente por **Rosangela Ayres de Souza, Coordenadora**, em 31/03/2020, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3999078** e o código CRC **DAB32E17**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007067/2020

SEI nº 3999078

Rua México 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

À COORDENAÇÃO DE CONTRATOS/SES

Autorizo a despesa descrita na NAD nº 2020001819000164, documento nº 3998890, referente ao Contrato – 023/2020 - Aquisição de material de consumo – **Respirador semifacial descartável, classe** (PFF2/ N 95), modelo dobrável, com filtro de tratamento eletrostático, TNT na parte interna- (It. 01 Qt 150.000); - para Rede SES-RJ, com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020 . Solicitação da Subsecretaria Executiva às (3945299)

Desse modo, segue para liquidação e certificação da despesa, caso a instrução permita, com posterior envio a Coordenação de Execução Financeira para emissão da programação de desembolso e pagamento.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2020

Gabriell Neves
Subsecretário Executivo
ID: 5010163-3



Documento assinado eletronicamente por **Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos, Subsecretário**, em 01/04/2020, às 09:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4007894** e o código CRC **CAA7B055**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007067/2020

SEI nº 4007894

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Subsecretaria Executiva / SES,

Tendo em vista a informação de que a proposta da empresa citada no despacho SES/CEO 3999078 fora inabilitada conforme despacho SES/CC 3961336 encaminhamos o presente processo para ciência e devidas providências que julgar cabíveis.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2020.

Everaldo Antônio da Silva Cruz
Coordenação da Unidade de Contabilidade
ID. 2035122-4

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Everaldo antonio da silva cruz, Coordenador**, em 01/04/2020, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4024036** e o código CRC **EE6219D9**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007067/2020

SEI nº 4024036

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

À Assessoria de Contabilidade / SES,

Trata-se do presente processo **EMERGENCIAL** que tem por objeto a aquisição de **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – RESPIRADOR SEMIFACIAL DESCARTÁVEL**, cuja empresa vencedora foi **SYSGRAPHIC COMERCIO E SERVIÇO**, referente ao item 1, pelo valor de R\$ 2.850.000,00 (Dois milhões oitocentos e cinquenta mil reais), com o prazo de vigência de 06 (seis) meses.

A proposta da empresa citada no despacho SES/CEO 3999078 fora inabilitada conforme despacho SES/CC 3961336,

Considerando que a Coordenação de Compras posteriormente recebeu da referida empresa a especificação completa do produto, conforme anexos 3961308 e 3961326.

Considerando que a Superintendência de Logística, Suprimentos e Patrimônio no despacho 3968505, após revisão dos descritivos informou que estes atendem as disposições fixadas do Termo de Referência 3946543.

Encaminhamos o presente processo para ciência e prosseguimento.

Rio de Janeiro, 06 de Abril de 2020.

Luis César Dias
Assessor - Subsecretaria Executiva
ID: 5093512-7



Documento assinado eletronicamente por **Luis Cesar Dias, Assessor**, em 06/04/2020, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4075390** e o código CRC **F321E983**.

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

À Subsecretaria Executiva / SES

Visando preservar o Ordenador de Despesa e evitar a liquidação da despesa em duplicidade, encaminhamos o presente **processo administrativo** em devolução, tendo em vista tratar se de processo administrativo e não de pagamento.

Everaldo Cruz

Coordenador da Assessoria de Contabilidade - SES

ID. 2035122-4

Rio de Janeiro, 06 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Everaldo antonio da silva cruz, Coordenador**, em 07/04/2020, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4085538** e o código CRC **2133EB59**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007067/2020

SEI nº 4085538

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Coordenação de Contratos/SES,

Encaminhamos o presente processo para conhecimento da Classificação Orçamentária da despesa.

Rio de Janeiro, 07 de Abril de 2020.

Luis César Dias
Assessor - Subsecretaria Executiva
ID: 5093512-7



Documento assinado eletronicamente por **Luis Cesar Dias, Assessor**, em 07/04/2020, às 14:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4101524** e o código CRC **AE5A0A52**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007067/2020

SEI nº 4101524

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Bêta Contabilidade

QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA FIRMA
"SYSGRAPHIC COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS
GRÁFICOS LTDA-ME"
CNPJ: 09.504.222/0001-16

Pelo presente Instrumento Particular, os abaixo assinados, Sr. **MARINALDO LIRA PONCHET**, brasileiro, casado [REDACTED]

únicos sócios cotistas da firma que gira nesta praça sob a Razão Social de "**SYSGRAPHIC COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS GRÁFICOS LTDA-ME**", estabelecida na Rua Guaicurus, nº 18, São Francisco, Niterói - RJ, CEP: 24360-290, inscrita no CNPJ Ministério da Fazenda sob o nº 09.504.222/0001-16, conforme *Contrato Social Primitivo* devidamente registrado na JUCERJA sob o nº 33.2.0808302-0 em 02 de Abril de 2008, a *Primeira Alteração Contratual* devidamente registrada na JUCERJA sob o nº C0C01837067 em 08 de Setembro de 2008, a *Segunda Alteração Contratual* devidamente registrada na JUCERJA sob nº 00001896571 em 03 de abril 2009 e a *Terceira Alteração Contratual* devidamente registrada na JUCERJA sob nº 00002064536 em 14 de julho de 2010, **RESOLVEM** de comum e pleno acordo efetuar a **QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

I - Aumento do Capital Social

Os sócios de comum acordo resolvem aumentar o Capital Social da empresa que até o momento era de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), totalmente subscrito e integralizado, com o acréscimo do montante de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), totalmente subscrito e integralizado, neste ato, em moeda corrente do país.

II - CONSOLIDAÇÃO

Tendo em vista a alteração acima mencionada, os sócios aprovam de comum acordo a Consolidação do Contrato Social, que passará a vigor com as cláusulas e condições seguintes:

QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

PRIMEIRA: - DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

A Sociedade gira sob a Denominação Social de "**SYSGRAPHIC COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS GRÁFICOS LTDA-ME**"

Rua Orlinda Wilman, nº 133, Moquetá, Nova Iguaçu - RJ

E-mail: beta@betacontabil.com.br
Site: www.betacontabil.com.br



Bêta Contabilidade

SEGUNDA: - DA SEDE

A Sociedade tem sua sede na Rua Guaicurus, nº 18, São Francisco, Niterói – RJ, CEP: 24360-290, podendo abrir ou fechar filiais ou outras dependências, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

TERCEIRA: - DO PRAZO DE DURAÇÃO

A sociedade iniciou suas atividades em 02/04/2008 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

QUARTA: - DO OBJETIVO SOCIAL

O objetivo da Sociedade é a exploração do ramo de *Reparação e Manutenção de Computadores e de Equipamentos Periféricos; Atividades de Cobranças e Informações Cadastrais; Comércio Atacadista e Varejista; Importação e Exportação de Máquinas e Equipamentos para uso Comercial; Partes e Peças.*

QUINTA: - DO CAPITAL SOCIAL

O Capital Social que era de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) passa, neste ato, a ser de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) divididos em 2.500.000 (duas milhões e quinhentas mil) cotas no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada uma totalmente subscrita e integralizada, neste ato, em moeda corrente do País e fica assim distribuída entre os sócios:

MARINALDO LIRA PONCHET	2.475,000 cotas	R\$ 2.475.000,00
MARIA DO CARMO LUCAS PONCHET	25.000 cotas	R\$ 25.000,00
CAPITAL SOCIAL	2.500.000 cotas	R\$ 2.500.000,00

SEXTA: - DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS.

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de sua cota, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social

PARÁGRAFO ÚNICO:

Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

SÉTIMA: - DA ADMINISTRAÇÃO

DO USO OU EMPREGO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

A Administração e as funções do caixa da sociedade serão exercidas pelo sócio Sr. **MARINALDO LIRA PONCHET**, que assinará, *isoladamente*, nos negócios de restrito interesse geral da sociedade, cabendo-lhe também o uso da denominação social, ficando dispensado de prestar caução.

Fica expressamente vetado o seu emprego em documentos que não se relacionem com os reais objetivos sociais, ainda que em favor da pessoa física de cada quotista e ainda, alienar ou onerar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio;

OITAVA: - DA RETIRADA DO PRÓ-LABORE.

O sócio **MARINALDO LIRA PONCHET**, no exercício comercial da atividade poderá fazer uma retirada a título de "pró-labore", sempre respeitando os limites estipulados pela Legislação vigente.

NONA: - DO BALANÇO

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro de cada ano, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, sendo atribuídos aos sócios, na proporção de suas cotas de capital, os lucros ou perdas apurados.

Rua Orlinda Wilman, nº 133, Moquetá, Nova Iguaçu - RJ

E-mail: beta@betacontabil.com.br
Site: www.betacontabil.com.br



Bêta Contabilidade

Os prejuízos poderão permanecer na conta de resultado do Exercício para compensação com lucros futuros.

PARÁGRAFO ÚNICO:

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador quando for o caso.

DÉCIMA: - DA CESSÃO DAS COTAS

Quando um dos sócios desejarem retirar-se ou ceder suas cotas a terceiros, deverá fazer a sua manifestação por escrito ao outro sócio, que no prazo máximo de 30 (trinta) dias, deverá responder sobre a mesma, que em igualdade de condições terá preferência em adquiri-las. Caso o outro sócio não use esta faculdade, ficará o sócio retirante livre para ceder suas cotas a terceiros valendo o instrumento de cessão prova de alteração contratual.

DÉCIMA-PRIMEIRA: DA CAUSA-MORTIS OU INTERDIÇÃO

No caso de falecimento ou interdição de um dos sócios, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do remanescente, será dentro de 30 (trinta) dias procedido a um balanço extraordinário para a apuração dos haveres do falecido ou interditado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, de acordo com a Lei em vigor.

PARÁGRAFO ÚNICO

O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

DÉCIMA-SEGUNDA: DO IMPEDIMENTO

O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

PARÁGRAFO ÚNICO - DESIMPEDIMENTO DE SÓCIOS

Os sócios **MARINALDO LIRA PONCHET** e **MARIA DO CARMO LUCAS PONCHET**, declaram que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em lei, que os impeçam de exercer atividade mercantil.

DÉCIMA-TERCEIRA - DA ASSINATURA DA FIRMA POR QUEM DE DIREITO

MARINALDO LIRA PONCHET
"SYSGRAPHIC COMÉRCIO E SERVIÇOS DE
EQUIPAMENTOS GRÁFICOS LTDA-ME"

Rua Orinda Wilman, nº 133, Moquetá, Nova Iguaçu - RJ

E-mail: beta@betacontabil.com.br

Site: www.betacontabil.com.br



Bêta Contabilidade

DÉCIMA-QUARTA: - DO FORO

Fica assim eleito o Foro do Município da Comarca de Nova Iguaçu, para nele serem dirimidas quaisquer dúvidas que surjam durante a vigência do presente contrato, inclusive nos casos omissos.

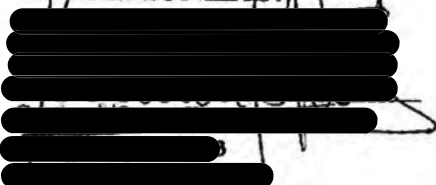
Assim por estarem justos e contratados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, obrigando-se ao fiel cumprimento das presentes disposições por si, seus herdeiros ou sucessores, aplicando-se a Sociedade o disposto na Lei 10.406, de 10 de Janeiro de 2002.

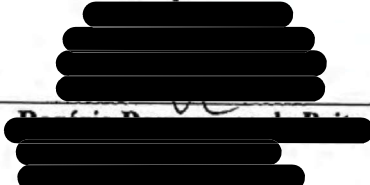
Nova Iguaçu, 14 de setembro de 2010.


MARINALDO LIRA PONCHET


MARIA DO CARMO LUCAS PONCHET

TESTEMUNHAS:





Cartorio do 20.º Ofício de Niterói
Rua Almirante Telfe, 645 ljs.101/102, Centro - Tel:2719-1234
Reconheço, por SEMELHANÇA, as firmas de :
MARINALDO LIRA PONCHET e MARIA DO CARMO LUCAS PONCHET.
Niterói, 13 de setembro de 2010. Emol: 7,66 Lei.: 1,52
Em testemunho da verdade. Fund: 0,38 Funp: 0,38
Cheila Maria Kort Camp Leal-Autorizado-94.549 Total: 9,94




Rua Orlinda Wilman, nº 1

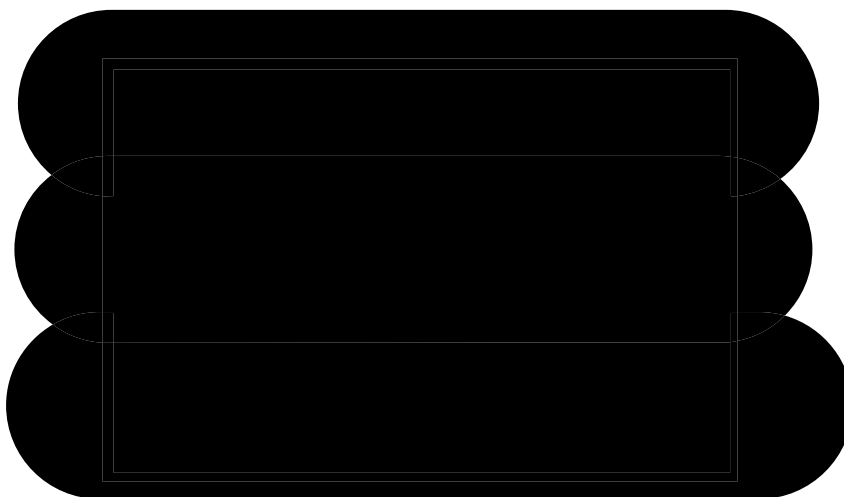
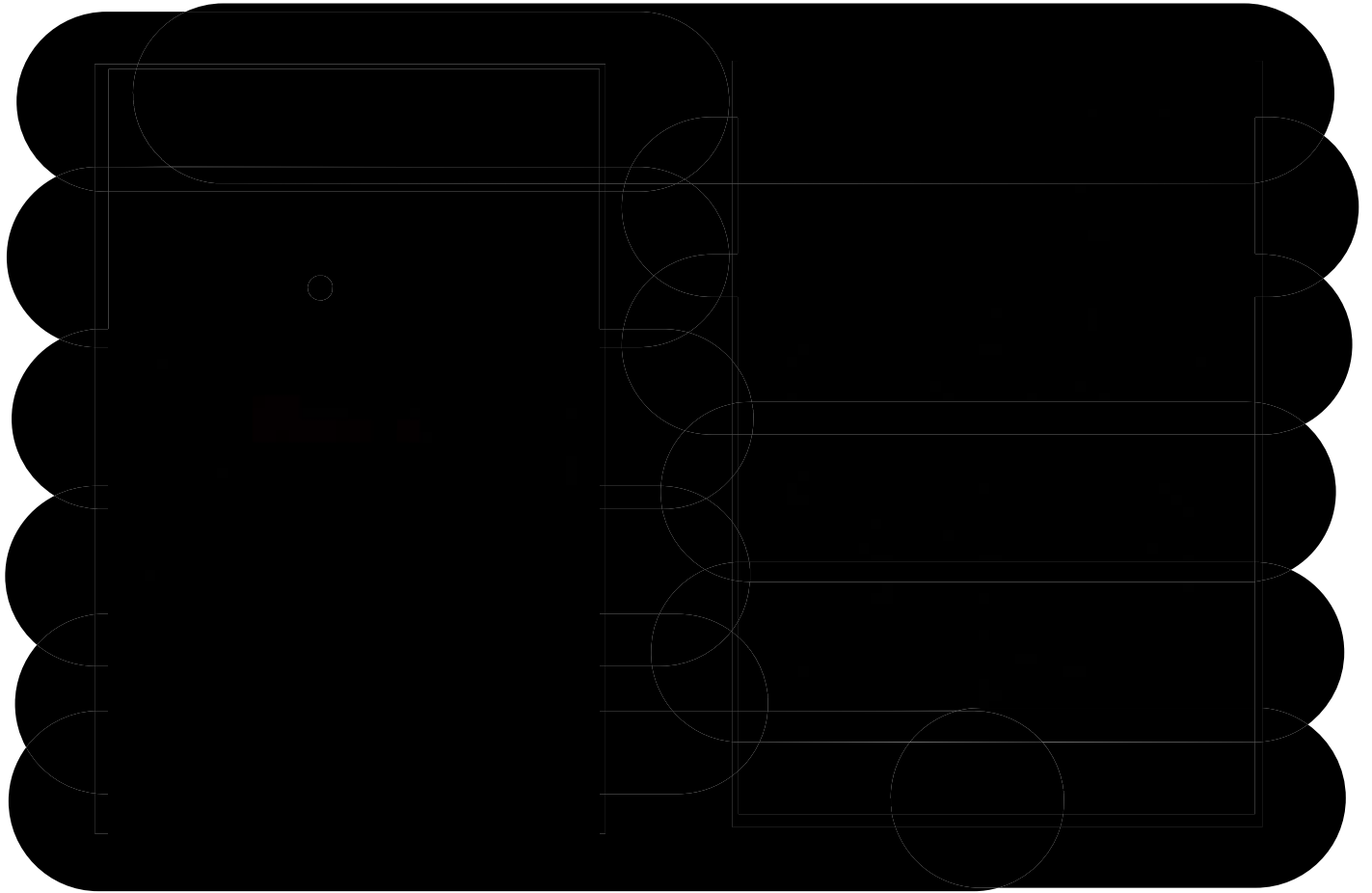
E-mail: beta@beta.com.br

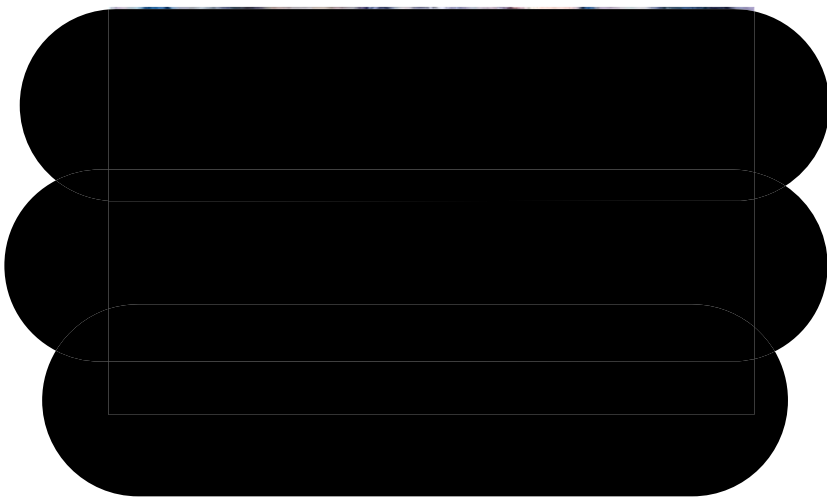
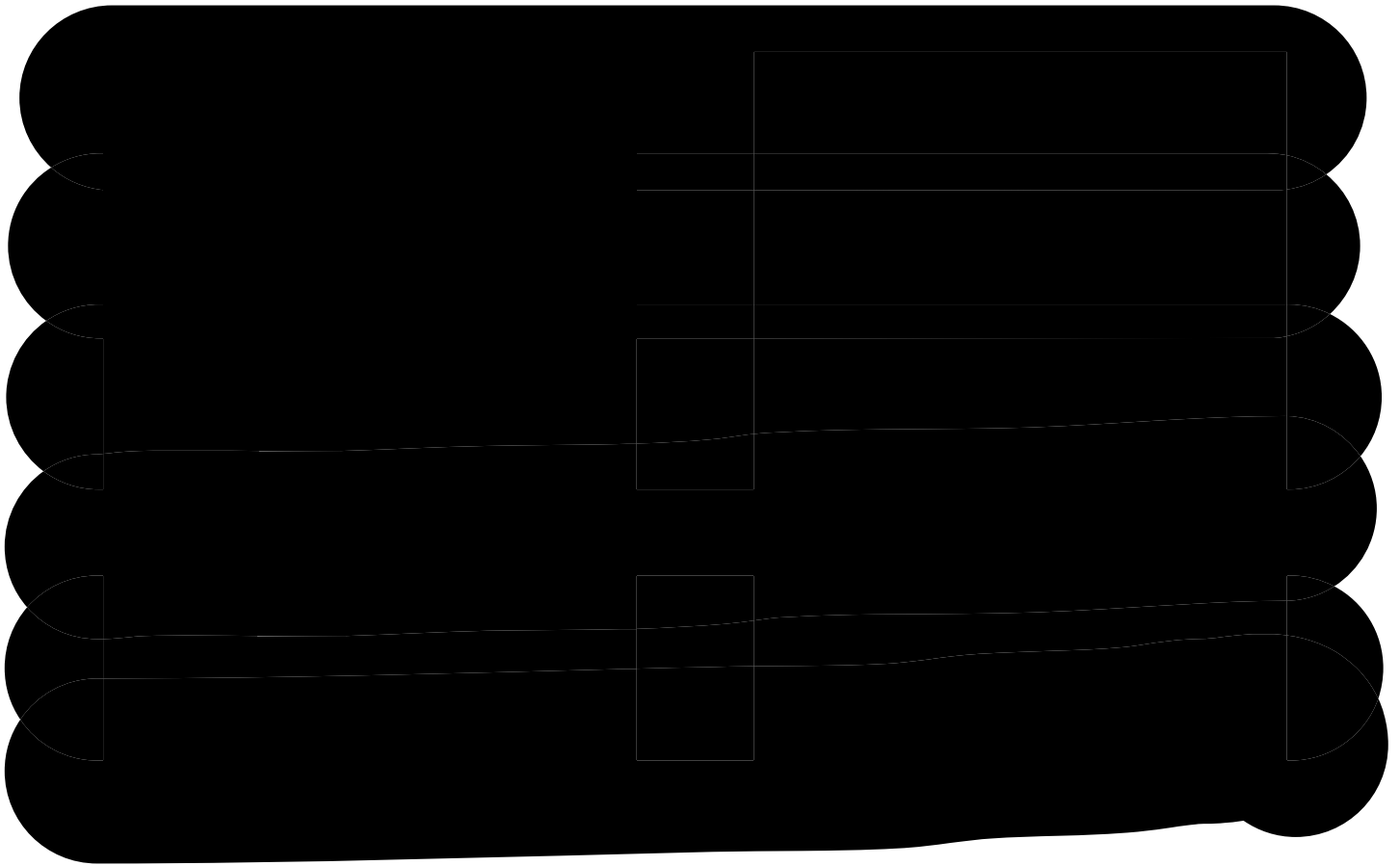
Site: www.beta.com.br

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: SYSGRAPHIC COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS GRAFICOS
LTOA ME
Nire: 33.2.080302-0
Protocolo: 00-2010/348162-1 - 20/10/2010
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 25/10/2010, E O REGISTRO SOB O NÚMERO 00002105022
E DATA ABAIXO.
DATA: 25/10/2010
Valéria G.M. Serra
SECRETÁRIA GERAL

 **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
Nome : SYSGRAPHIC COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS GRAFICOS
LTDA ME
Nire : 33.2.0808302-0
Protocolo : 00-2010/348162-1
CERTIFICADO QUE O PRESENTE FOI ARQUIVADO, SOB
00002105022
DATA: 25/10/2010


Valei Serra
SECRETARIA GERAL







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
09.504.222/0001-16
MATRIZ

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL**

DATA DE ABERTURA
02/04/2008

NOME EMPRESARIAL
SYSGRAPHIC COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS GRAFICOS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
SYSGRAPHIC COMERCIO E SERVICOS

PORTE
ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
46.63-0-00 - Comércio atacadista de Máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico
33.14-7-17 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de terraplenagem, pavimentação e construção, exceto tratores
33.21-0-00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais
46.42-7-01 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança
47.89-0-04 - Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO
R GUAICURUS

NÚMERO
18

COMPLEMENTO

CEP
24.360-290

BAIRRO/DISTRITO
SAO FRANCISCO

MUNICÍPIO
NITEROI

UF
RJ

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE
(21) 2667-5983/ (21) 2768-6209

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
02/04/2008

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **25/03/2020** às **16:40:07** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL Nº: 03-2020/546350

Código de verificação de autenticidade: ccda0ae826ced91a02798a8689bd5396

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
CPF / CNPJ: 09.504.222/0001-16	CAD-ICMS: Ativo
NOME / RAZÃO SOCIAL: SYSGRAPHIC COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS GRAFICOS LTDA ME	
<p>CERTIFICAMOS, para os fins de direito, e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento, que, até a presente data, NÃO CONSTAM DÉBITOS perante a RECEITA ESTADUAL para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas.</p> <p>EMITIDA EM: 25/03/2020 ÀS 19:39:27</p> <p>VÁLIDA ATÉ: 23/06/2020</p> <p>Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ nº 109 de 04/08/2017</p>	
OBSERVAÇÕES	
<p>Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão Negativa da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta PGE/SER nº 33/2004.</p> <p>A autenticidade desta certidão pode ser confirmada pela Internet (http://www10.fazenda.rj.gov.br/SATI-FiscoFacil/publico/autenticidadeHashCertidao/consultaAutenticidadeHash.xhtml).</p> <p>A verificação de débitos é efetuada pelo CNPJ do requerente, abrangendo sua regularidade fiscal e de estabelecimentos que porventura possuir com mesma raiz de CNPJ. A razão social, quando indicada, é informação apenas ilustrativa.</p> <p>O campo CAD-ICMS atesta a situação do CNPJ do requerente no Cadastro Estadual de Contribuintes do ICMS: ATIVO - estabelecimento inscrito e ativo; DESATIVADO - estabelecimento inscrito e desativado; NÃO INSCRITO - estabelecimento sem qualquer inscrição. No caso de estabelecimento inscrito no CAD-ICMS, sua identificação deverá ser obtida pelo Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (www.fazenda.rj.gov.br).</p> <p>A condição de não-inscrito ou desativado não desobriga o requerente de possuir inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado do Rio de Janeiro caso exerça atividade relacionada no artigo 20 do Anexo I da Parte II da Resolução SEFAZ nº 720/2014.</p>	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE NITERÓI

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nº 23063

IDENTIFICAÇÃO

CGM:313228 - Nome: SYSGRAPHIC C.SERVS.DE EQUIP. GRAFICOS LTDA - ME

CNPJ: 09504222000116

Endereço: RUA GUAICURUS, 18,

Bairro: SO FRANCISCO

Cidade: NITERÓI - CEP: 24360290

Certificamos que, na presente data, não consta(m) débito(s), inscritos ou não em dívida ativa, contra o interessado(a) acima qualificado(a) nos registros desta Municipalidade.

Esta certidão não exclui o direito de o Município exigir a qualquer tempo os débitos que venham a ser apurados relativos ao interessado acima identificado.

A presente certidão foi emitida conforme previsto no artigo 205 do Código Tributário Nacional e serve como prova de situação fiscal perante qualquer instituição pública ou privada.

Esta certidão tem VALIDADE por 180 (cento e oitenta) dias a partir da data de emissão.

Niterói, 25 de Março de 2020

Observações:\n 1 - Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento. 2 - Para validar este documento, favor acessar o seguinte endereço:\n\n<http://fazenda.niteroi.rj.gov.br/>, "Serviços online", opção "Autenticidade de documentos / Certidão". Entre com a chave:

Código de autenticidade: VhU7Nu7U

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 09.504.222/0001-16

Razão Social: SYSGRAPHIC COMERCIO E SERV DE EQUIP GRAFICOS LTDA ME

Endereço: R GUAICURUS 18 / SAO FRANCISCO / NITEROI / RJ / 24360-290

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/03/2020 a 22/04/2020

Certificação Número: 2020032401585373970750

Informação obtida em 25/03/2020 16:39:49

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SYSGRAPHIC COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS GRAFICOS LTDA
(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 09.504.222/0001-16

Certidão nº: 7231697/2020

Expedição: 25/03/2020, às 16:48:52

Validade: 20/09/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SYSGRAPHIC COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS GRAFICOS L**
T D A
(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº
09.504.222/0001-16, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores
Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS)
1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 27/03/2020, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

SYSGRAPHIC COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS GRAFICOS LTDA

09.504.222/0001-16

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 27/03/2020

Selo digital de segurança: **2020.CTD.E9MP.BOB.N.F9UV.T6ME.AU6U**


*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

DECLARAÇÃO

SysGraphic Comercio e Serviços de Equipamentos Gráficos Ltda, CNPJ nº 09.504.222/0001-16, sediada à rua Guaicurus, 18 – São Francisco – Niterói – RJ CEP: 24360-290 declara, sob as penas da lei, que não possui em seu quadro de pessoal menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 anos em qualquer tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos (Lei nº 9.854/99 e Decreto nº 4.358/2002).

Niteroi-RJ, 25 de Março de 2020

Atenciosamente,



SysGraphic Comércio e Serviços
Marinaldo Lira Ponchet



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 09.504.222/0001-16
Razão Social: SYSGRAPHIC COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS GRAFICOS LTDA
Nome Fantasia: SYSGRAPHIC COMERCIO E SERVICOS
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 26/08/2020

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento (Possui Pendência)

II - Habilitação Jurídica (Possui Pendência)

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal (Possui Pendência)

Receita Federal e PGFN	Validade:	10/10/2020
FGTS	Validade:	22/05/2020
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	28/08/2020

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	26/10/2017 (*)
Receita Municipal	Validade:	09/10/2017 (*)

VI - Qualificação Econômico-Financeira (Possui Pendência)

Sem Informação



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE AQUISIÇÃO
COORDENAÇÃO DE CONTRATOS
PROCESSO: SEI-08/001/007067/2020
EMPRESA: SYSGRAPHIC

HABILITAÇÃO JURÍDICA	SIM	NÃO	PRAZO DE VALIDADE
Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhando de documentos de eleição de seus administradores.	X		
Cópia dos documentos dos sócios (PROCURAÇÕES)	X		

DOCUMENTAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL			
1 - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)	X		
2 - Prova de Regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio de Certidão de regularidade de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal / Certidão Negativa da Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, com base na Portaria Conjunta RFB nº 1.751, de 02/10/2014.			
3 - Certidão Negativa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda. (ICMS)	X		23/6/2020
4 - Certidão da Dívida Ativa para fins de Licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado.			
5 - Certidão Negativa de Imposto sobre Serviços de qualquer natureza, expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda. (ISS)	X		31/09/2020
6 - Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	X		22/4/2020
7 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	X		20/9/2020

DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO	SIM	NÃO	PRAZO DE VALIDADE
1 - Certidões Negativas de Falências e Concordatas, expedidas pelos Distribuidores da Sede. OBS: Certidão Negativa de Falência e de Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Os Licitantes sediados em outros municípios, que não a capital, ou outros Estados da Federação deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração oficial da Comarca de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de Falências e Recuperação Judicial. As certidões deverão ter sido expedidas em até 90 (noventa) dias, da data constante, para realização da Licitação.	X		26/4/2020

DOCUMENTAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL	SIM	NÃO	PRAZO DE VALIDADE
1 - Declaração da Empresa de que não possui em seu quadro funcional nenhum menor de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de 16(dezesseis) anos, na forma do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.	X		

OBSERVAÇÕES PENDÊNCIAS / REGULARIZAÇÃO			
Dados Banco Bradesco			
SICAF	X		

Documentos recebidos em
Documentos conferidos em

Assinatura

CONTRATO

CONTRATO NÚMERO 023/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, E SYSGRAPHIC COMERCIO E SERVIÇO, PARA REALIZAR ATENDIMENTO DOS PACIENTES COM SUSPEITOS E DIAGNOSTICADOS COM COVID 19, NA FORMA ABAIXO:

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pela **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, inscrito no CNPJ sob o nº 42498717/0001-55, com sede situada na Rua México, 128, Centro, Rio de Janeiro/RJ, na qualidade e ora designado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, representado neste ato pelo Subsecretário Executivo de Estado de Saúde, Sr. **GABRIELL CARVALHO NEVES FRANCO DOS SANTOS**,

a empresa **SYSGRAPHIC COMERCIO E SERVIÇO**, situada na Rua Guaicurus nº 18, São Francisco – Niterói/RJ e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.504.222/0001-16, daqui por diante denominada **FORNECEDOR**, representada neste ato por **MARINALDO LIRA PONCHETI**, Brasileiro, casado, Sócio,

celebrar o presente contrato de **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA REALIZAR ATENDIMENTO DOS PACIENTES COM SUSPEITOS E DIAGNOSTICADOS COM COVID 19**, através do **EMERGENCIAL**, SEI-080001/007067/2020, que se regerá pela e pela **Lei nº 13.979/20 art. 4º - Combate Coronavírus**, pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979, e pelos Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, Lei 42.301, de 12 de fevereiro de 2010 e, do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DA FORMA DE FORNECIMENTO

O presente contrato tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA REALIZAR ATENDIMENTO DOS PACIENTES COM SUSPEITOS E DIAGNOSTICADOS COM COVID 19**, na forma do Termo de Referência e do instrumento convocatório.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O fornecimento será de acordo com a **Ordem de Fornecimento** a ser autorizada pelo Sr. Subsecretário, podendo haver mudança de marca, desde que mantido o padrão e autorizado pelo mesmo.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Poderá incidir multa de até 20% (vinte por cento), caso haja descumprimento de qualquer Ordem de Fornecimento.

ITEM	MEDICAMENTO / ESPECIFICAÇÃO / DESCRIÇÃO	QUANTIDADE TOTAL REGISTRADA	UN. FORNECIMENTO	PREÇO UNITÁRIO
01	Máscara de proteção. Respirador semifacial descartável , classe (PFF2/ N 95), modelo dobrável, com filtro de tratamento eletrostático, TNT na parte interna, clip nasal interno em metal revertido de plástico que facilita a vedação e elásticos de látex com regulador. Oferece proteção poeiras, nevoas não oleosa e fumos. Embalado individualmente. uso hospitalar. Embalagem conforme portaria MS e atender a NBR 13698 e 13697.	150.000	UN	R\$ 19,0000

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, contados a partir de ____/____/____, desde que posterior à data da publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato com termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula, podendo ser sucessivamente prorrogado, enquanto perdurar o estado de emergência em Saúde Pública, nos termos do artigo 4º-H, da Lei n.º 13.979/20.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir vinculados ao presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar os bens, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no Termo de Referência (**ANEXO I**);
 - a.1) a entrega deverá ser previamente agendada na Coordenação Geral de Armazenagem.
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;
- c) manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;
- d) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- f) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE** ou terceiros.
- g) Manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.
- h) Cumprir toda e qualquer condição/exigência contida no ITEM 5 do Termo de Referência (Anexo I).

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de **2020**, assim classificadas:

Natureza das Despesas: 3390.30.06

Fonte de Recurso: 122

Programa de Trabalho: 2961.10.302.0461.8341

Nota de Empenho: 2020NE02298

PARÁGRAFO ÚNICO: As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato valor total de **R\$ 2.850.000,00 (Dois milhões oitocentos e cinquenta mil reais)**.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do cronograma de execução do contrato e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão de fiscalização de contrato composta por 3 (três) membros do **CONTRATANTE**, especialmente designados pela Gerencia de Transporte, conforme ato de nomeação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem às relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado, que deverá ser elaborado pelos representantes mencionados no parágrafo primeiro, no prazo de 96 (noventa e seis) horas após a entrega do bem/produto;
- b) definitivamente, mediante verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 15 (quinze) dias, para observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.
- c) Prazo de garantia dos equipamentos: no mínimo 12 (doze) meses, após a instalação dos equipamentos nos locais definidos pela SES. Durante este período, a garantia deverá ser prestada, sem quaisquer ônus para a SES.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo da **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO**, na forma do disposto no parágrafo 3º. do art. 77 do Decreto nº 3.149/1980.

PARÁGRAFO QUARTO: Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital e do Termo de Referência deverão ser recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotarà em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUINTO: A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO SEXTO: A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluía ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO ÚNICO: A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 2.850.000,00 (Dois milhões oitocentos e cinquenta mil reais)**, a ser realizado conforme cronograma de execução do contrato, sendo o pagamento efetuado na conta corrente nº _____, agência _____, de titularidade da **CONTRATADA**, junto à instituição financeira contratada pelo Estado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de a **CONTRATADA**, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal para pagamento ao Protocolo Geral/SES da **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**, sito à Rua México, nº 128, Térreo, Centro/RJ, após a entrega de cada parcela.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo(s) agente(s) competente(s).

PARÁGRAFO QUINTO: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva representação.

PARÁGRAFO SEXTO: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas *a, b, c, d e e*, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 2% (dois por cento) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei nº 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória. A garantia deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 96 (noventa e seis) horas, para que seja mantido o percentual de 2% (dois por cento) do valor do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 96 (noventa e seis) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO: O levantamento da garantia contratual por parte da CONTRATADA, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado c; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, e terá o seu registro no Cadastro de Fornecedores suspenso pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do PARÁGRAFO PRIMEIRO serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80;
- b) a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do PARÁGRAFO PRIMEIRO, será imposta pelo próprio Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado.
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea d, do PARÁGRAFO PRIMEIRO, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

PARÁGRAFO QUARTO: A multa administrativa, prevista na alínea b, do PARÁGRAFO PRIMEIRO:

- a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

PARÁGRAFO QUINTO: A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do PARÁGRAFO PRIMEIRO:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

PARÁGRAFO SEXTO: A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do PARÁGRAFO PRIMEIRO, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO OITAVO: O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite de 14% est. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO NONO: Se o valor das multas previstas na alínea b, do PARÁGRAFO PRIMEIRO, e no parágrafo oitavo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO: A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

DÉCIMO SEGUNDO: Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do PARÁGRAFO PRIMEIRO, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: As penalidades serão registradas pelo CONTRATANTE no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEFAZ o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do PARÁGRAFO PRIMEIRO, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO: Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1 % (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO: É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV, da Lei nº 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CONTRATANTE**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

PARÁGRAFO ÚNICO: O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho, fundamento legal do ato e nº do processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 05 (cinco) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 09 de abril de 2020.


GABRIELL CARVALHO NEVES FRANCO DOS SANTOS
SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO DE ESTADO DE SAÚDE
CONTRATANTE


MARINALDO LIRA PONCHETI
SYSGRAPHIC COMERCIO E SERVIÇO
CONTRATADA

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **SYSGRAPHIC COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS GRAFICOS LTDA**
CNPJ: **09.504.222/0001-16**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:12:10 do dia 13/04/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 10/10/2020.

Código de controle da certidão: **625F.6390.494D.9691**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

À Douta Procuradoria,

Em razão da pandemia de COVID-19 houve a edição de decretos estaduais visando à adequação dos normativos relativos às contratações que se fizeram emergentes como decorrência das necessidades de criação de leitos hospitalares e aquisição de materiais médicos para atendimento à população.

Nesse contexto, a Secretaria de Estado de Saúde, por meio da Subsecretaria Executiva, requisitou a contratação dos materiais, insumos e produtos para atendimento às necessidades aludidas acima. Outrossim, fizemos anexar, para sua pronta análise, planilhas discriminadas dos eventuais vícios e indicadores que mencionaremos a seguir.

Assim sendo, com a deflagração dos procedimentos visando às contratações, observou-se haver indicadores e “red flags”, conforme aludido acima, de eventuais dissonâncias com os normativos regentes da matéria, entre os quais, apenas para pronta referência, citamos o decreto estadual 46.745 de 22 de agosto de 2019.

Entre os indicadores mencionados podemos citar, como exemplo, nos contratos de EPI, o fato de haver empenho, pagamento, assinatura de contrato, mas não haver sido o contrato regularmente publicado. Abaixo segue pequeno recorte demonstrativo do que abordamos aqui.

PROCESSO	OBJETO	UNIDADE	QUANT.	CONTRATO	EMPRESA	VALOR UNIT.	VALOR CONTRATADO	EMPENHADO (R\$)	QNT ENTREGUE	VALOR EFETIVAMENTE PAGO	FONTE DE PAGAMENTO	CONTRATO PUBLICADO	CONTRATO ASSINADO	CONTRATO NADA	COTAÇÕES
SEI-080001/005552/2020	AVENTAL GRAMATURA 25	UNID	900.000	007/2020	CARIOCA MEDICAMENTOS E MATERIAL MEDICO LTDA	R\$ 4,40	R\$ 2.640.000,00	R\$ 2.640.000,00	0	R\$ 9.996,00	100	NÃO	SIM		3 COTAÇÕES
SEI-080001/005552/2020	GORRO HOSPITALAR	UNID	6.000.000	007/2020	CARIOCA MEDICAMENTOS E MATERIAL MEDICO LTDA	R\$ 0,12	R\$ 720.000,00	R\$ 720.000,00	249900	R\$ 9.996,00	100	NÃO	SIM		3 COTAÇÕES
SEI-080001/005552/2020	LUVA TAMANHO G	CX 100	540.000	009/2020	CARIOCA MEDICAMENTOS E MATERIAL MEDICO LTDA	R\$ 27,30	R\$ 14.742.000,00	R\$ 14.742.000,00	34140	R\$ 1.430.456,30	122	NÃO	SIM		3 COTAÇÕES

No caso aqui tratado (EPI) o indicador de eventual vício cingiu-se à falta de regular publicação.

No caso dos procedimentos visando à compra de testes da COVID-19 os indicadores são a falta de ampla pesquisa de preços no mercado não havendo sequer número mínimo de cotações, pagamentos sem a entrega do material adquirido (sem justificativa para a quebra do sinalagma contratual) falta de regular publicação e, inclusive, omissão de assinatura do contratante (Estado).

No que tange aos procedimentos visando à compra de medicamentos observamos, como indicadores, os mesmos problemas mencionados no caso dos procedimentos visando à compra de EPI qual seja, a falta de sua regular publicação.

Já no que se refere aos procedimentos de compra de materiais diversos, tais como oxímetro e seringas os procedimentos restaram apócrifos, à exceção de dois procedimentos que ainda estavam em tratativas. Um desses, apesar de não haver sido assinado gerou a entrega de materiais não havendo comprovação, até a presente data, da efetivação do pagamento em contrapartida.

Em relação aos procedimentos visando à compra de ventiladores e respiradores pulmonares apontamos os seguintes indicadores: Falta de ampla pesquisa de preços não havendo número mínimo de cotações, falta de assinatura contratual do contratante (Estado) além de haver contrato sem regular publicação e encaminhamento de contrato a potencial contratada sem que tenha havido resposta quanto à proposta.

Diante do contexto abordado acima, requeremos sua análise, mediante emissão de parecer jurídico conclusivo, quanto aos seguintes pontos:

- 1) Viabilidade ou não de manutenção das avenças;
- 2) Em caso positivo, quais seriam as possíveis formas de adequação legal?;
- 3) Em caso negativo, quais seriam as possíveis formas de descontinuidade das avenças?;
- 4) No caso dos vícios apontados (“red flags” e indicadores) é possível sua convalidação?
- 5) Em caso positivo, quais as formas de os realizar?
- 6) Há possibilidade de imposição sancionatória por parte do Estado?;
- 7) Em caso positivo, há discricionariedade por parte do gestor na possível aplicação do sancionamento?
- 8) Há necessidade de encaminhamento de peças para órgãos de controle?;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Subsecretaria Jurídica / SES

Trata-se de processo administrativo para contratação de empresa para aquisição de máscara de proteção, para atendimento aos pacientes acometidos de COVID-19.

Encaminhamos o presente processo para análise e parecer conclusivo, quanto aos pontos descritos no Doc. SEI 4347796, considerando as seguintes informações:

- Termo de Referência (3946543);
- Pesquisa de Mercado (3951967, 3952016, 3952057, 3952087);
- Documentação de Habilitação Jurídica e Regularidade Fiscal da empresa (3988308, 4337767, 4337848);
- Contrato 023/2020 (4337836).

Subsecretaria Executiva

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Maria Ozana Gomes, Superintendente**, em 27/04/2020, às 18:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4347823** e o código CRC **1F560504**.

Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Jurídica

À Subsecretaria Executiva

Segue o PARECER SES/SJ/AJ/FMF/DT 12/2020 (4447946).

DANIELLE TUFANI ALONSO Procuradora do Estado do Rio de Janeiro Assessora-Chefe da Secretaria de Estado de Saúde ID Funcional nº 42666112	FELIPE DE MELO FONTE Procurador do Estado do Rio de Janeiro Subsecretário Jurídico da Secretaria de Estado de Saúde ID Funcional nº 4334827-0
---	--

Rio de Janeiro, 04 de maio de 2020



Documento assinado eletronicamente por **danielle tufani alonso, Assessora Chefe**, em 04/05/2020, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **felipe de melo fonte, Procurador**, em 04/05/2020, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4447914** e o código CRC **99D31121**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007067/2020

SEI nº 4447914

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br

PARECER SES/SJ/AJ/FMF/DT 12/2020

PROCESSO Nº SEI-08001/007067/2020

CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA. ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS - COVID-19. AQUISIÇÃO DE MATERIAL. REQUISITOS DOS ARTIGOS 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 4º-D, 4º-E, 4º-F E 4º-H, TODOS DA LEI Nº 13.979/20. DECRETOS ESTADUAIS NºS 46.966/20 E 46.991/20. ENUNCIADO Nº 18 E 39 DA PGE-RJ. ARTIGO 22, *CAPUT* E §1º, DA LINDB. ART. 52, *CAPUT*, DA LEI ESTADUAL Nº 5.427/09. CONSIDERAÇÕES.

1. Da consulta

Cuida-se de expediente encaminhado à Assessoria Jurídica – ASJUR para análise e parecer sobre a minuta de contrato para a aquisição de material de consumo - cento e cinquenta mil unidades de máscara N95, no valor total de R\$ 2.850.000,00 (dois milhões e oitocentos e cinquenta mil reais) -, celebrado com fundamento na dispensa de licitação prevista na Lei nº 13.979/20, visando ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (2019-nCoV) e reconhecida Lei nº 13.979/20 e pelo Decreto Estadual nº 46.966/20.

No presente processo constam os seguintes documentos: a) termo de referência (3946543); b) pesquisa de mercado (3951967, 3952016, 3952057 e 3952087); c) manifestações da Coordenação de Compras (3952122, 3961336 e 3984642); d) despacho inabilitando a empresa SYSGRAPHIC Comercio e Serviços (3961336); e) Documentos de especificação da preposta da empresa SYSGRAPHIC Comercio e Serviços (3961308 e 3961326); f) Despachos da Coordenação de Compras recebendo da referida empresa a especificação completa do produto (3961308 e 3961326); g) Mapa de preços (3984636); h) Classificação orçamentária (3985042); i) Nota de autorização de despesa (3998890); j) nota de empenho (3999023); l) Autorização da despesa pela Subsecretaria Executiva (4007894); m) Documento SINCAF e checklist a vencedora (4337767); n) Contrato nº 023/2020 (4337836); o) certidão de regularidade fiscal (4337848).

Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Jurídica
Rua México, nº 128 – 5º andar – Centro – Rio de Janeiro / RJ – Brasil – CEP. 20.031-143
Tel: 55 (21) 2333-3702
www.saude.rj.gov.br

É o relatório.

2. Registros preliminares

A análise toma por base os elementos constantes neste processo até a presente data. À luz do que dispõem os artigos 132, da Constituição Federal de 1988, e 2º, IV, da Lei Complementar nº 15/80, Lei nº 5414/2009 e Decreto Estadual nº 40.500/2007 cabe-nos prestar consultoria sob o aspecto estritamente jurídico, relativamente aos atos formulados pela própria Secretaria de Estado ou pelas entidades da Administração Indireta, sem adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

Assim sendo, a manifestação produzida pela ASJUR, em que pese ser de natureza obrigatória, não é vinculativa para o gestor, que pode dela discordar, devendo, para tanto, apresentar as razões de fato e de direito que lhe deem sustentação.

Realizadas tais considerações, passa-se a análise solicitada.

3. Da análise da contratação

O texto constitucional¹ prevê a realização do procedimento licitatório como regra geral para a compra de bens e contratação de obras e serviços pela Administração Pública, sendo excepcional a contratação direta, limitando-se às hipóteses em que a competição, embora materialmente possível, não é exigida em razão de determinadas peculiaridades fáticas, ou em decorrência de outros princípios que regem a atividade administrativa.

Deve-se consignar que o fato da lei permitir que determinadas contratações dispensem a realização de prévia licitação, não equivale dizer que prescindam de prévio procedimento administrativo, no qual se assegure a observância aos princípios da legalidade e da isonomia, para a celebração do contrato administrativo.

Dito isto, passa-se à análise do caso concreto.

3.1. Da dispensa de licitação com fundamento na Lei nº 13.979/20 e no Decreto Estadual nº 46.991/20

A licitação dispensável, prevista no artigo, IV, 24 da Lei nº 8.666/93², trata dos casos em que o procedimento é possível, mas não obrigatório em razão de emergência ou calamidade

¹ Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

² Art. 24. É dispensável a licitação:
(...)

pública. Esse regramento, contudo, é insuficiente e inadequado – especialmente no cenário de crise atual – porque continua a incidir um modelo de contratação ineficiente.³

O presente caso, portanto, enquadra-se nos termos da Lei nº 13.979/20 (alterada pela Medida Provisória nº 926/20), cujo objetivo é estabelecer medidas que poderão ser adotadas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Dentre as diversas medidas, a referida lei determina o seguinte no artigo 4º, *caput* e §1º:

“Art. 4º - É **dispensável a licitação** para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

§ 1º - A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é **temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.**”⁴ (grifou-se)

Ainda que se trate de situação em que a licitação é dispensável, em respeito à moralidade e à probidade administrativa, faz-se necessária a instauração de processo administrativo, em que se assegurem os princípios da legalidade e moralidade.

Considerando o momento processual em que a presente análise é feita, consigna-se que o exame se debruçará sobre os atos até aqui praticados, com especial atenção aos requisitos listados nos artigos 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 4º-D, 4º-E, 4º-F E 4º-H, todos da Lei nº 13.979/20, e no Decreto estadual nº 46.991/20, ou seja: a) justificativa para a presumida situação de emergência; b) apresentação de termo de referência; c) razões de escolha do contratado; d) estimativa de preço; e) adequação orçamentária.

Entretanto, antes da análise de tais requisitos, é preciso esclarecer que o presente parecer está sendo proferido em momento posterior à contratação, merecendo considerações quanto a isso.

3.1.1. Da análise jurídica posterior à contratação: aplicação do artigo 22, *caput* e §1º, da LINDB

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

³ JUSTEN FILHO, Marçal ... [et al]. *Covid-19 e o direito brasileiro*. Curitiba: Justen, Pereira, Oliveirs & Talamini, 2020, Kindle Version, Location 1.067-3136.

⁴ Em âmbito estadual aplica-se o Decreto nº 46.991/20.

A presente contratação fora celebrada antes da análise jurídica, em franca contrariedade ao que determina do artigo 38, VI e parágrafo único, da Lei nº 8.666/93⁵, aplicável subsidiariamente às contratações submetidas à Lei nº 13.979/20⁶. Caso fosse adotada a legalidade estrita, poder-se-ia cogitar a nulidade do presente ajuste, justamente por não cumprir um requisito necessário para a maioria dos procedimentos de contratação.⁷

Porém, essa não parece ser a melhor posição.

Em que pese a obrigatoriedade do parecer, a ausência do controle preventivo configura mera irregularidade administrativa, que não importa necessariamente a nulidade do ajuste, sendo sanável, desde que não haja dano à atividade administrativa ou ao interesse público.⁸

Mas, ainda que haja vício grave no processo, é possível a convalidação⁹ se se constatar que a invalidação trará mais prejuízos ao interesse público do que a sua manutenção, conforme decisão plenamente motivada, nos termos do artigo 52, parágrafo único, III, da Lei estadual nº 5.427/09¹⁰. Afinal, quanto maior a urgência, mais flexíveis devem ser as exigências formais, sob pena de se sobrepor a forma ao fim ou, dito em outros termos, subjugar o valor constitucionalmente tutelado à forma.¹¹

⁵ Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

(...)

VI - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;

(...)

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

⁶ Assim também entende Marçal Justen Filho. (JUSTEN FILHO, Marçal ... [et al]. *Covid-19 e o direito brasileiro*. Curitiba: Justen, Pereira, Oliveirs & Talamini, 2020, Kindle Version, location 713-3136)

⁷ Nesse sentido: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019, p. 512; e CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de direito administrativo*. 30. ed. atual. De acordo com o Novo CPC e com a Lei nº 13.256, de 04.02.2016. São Paulo: Atlas, 2016. p. 143. Na mesma toada, em voto proferido no julgamento do Processo nº 011.135/20018 do Tribunal de Contas da União - TCU, o Ministro Relator entendeu que **a apresentação posterior do parecer jurídico não é capaz de sanar a irregularidade**. Isso porque, se acrescentada após a realização da contratação, a manifestação da assessoria não poderá servir de suporte à decisão do administrador, de forma que não cumprirá sua finalidade. Veja-se: "*Outra irregularidade que não foi elidida consiste na ausência do pronunciamento do órgão jurídico acerca da minuta do contrato, em contrariedade ao parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/93. Como bem asseverou a analista da Secex/PE (fl. 516, vol. 8), a apresentação posterior do parecer jurídico (fls. 503/504, vol. 8) não sana a irregularidade, pois, se não constava anteriormente nos autos do processo licitatório, não poderia ter servido de suporte para a decisão do Administrador, não estando atendido, desse modo, o fim visado pela lei de licitações.*" (Acórdão nº 2004/2007, Plenário, Processo nº 011.135/20018, Relator Min. Benjamin Zymler).

⁸ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 16. Ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 689.

⁹ Convalidação é o ato administrativo concreto que visa a conservar o ato inválido e/ou seus efeitos. O ato de convalidação somente será cabível se: (a) tiver como pressuposto objetivo (motivo) a existência de um ato administrativo inválido; (b) for possível produzir validamente na atualidade o ato inválido (porque já o seria na época em que foi editado); (c) houver a possibilidade de retroação (efeitos *ex tunc*). MOTTA, Carlos Pinto Coelho. *A estabilidade do contrato administrativo à luz da segurança jurídica*. In: VALIM, Rafael; OLIVEIRA, José Roberto Pimenta; DAL POZZO, Augusto Neves (Coord.). *Tratado sobre o princípio da segurança jurídica no direito administrativo*. Belo Horizonte: Fórum, 2013. p. 545-586

¹⁰ Art. 52. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

Parágrafo único. Admite-se convalidação voluntária, em especial, nas seguintes hipóteses:

(...)

III. quando, independentemente do vício apurado, se constatar que a invalidação do ato trará mais prejuízos ao interesse público do que a sua manutenção, conforme decisão plenamente motivada.

¹¹ MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo; GARCIA, Flávio Amaral. *Desastres naturais e as contratações emergenciais*. RDA – revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 265, p. 149-178, jan./abr. 2014.

Tais premissas se encontram em perfeita sintonia com o artigo 22, *caput* e §1º, da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro – LINDB, que assim dispõe:

Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

§ 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.

Parece razoável, portanto, sustentar que a LINDB provê um argumento **consequencialista** para afastar a exigência referida. Essa situação precisará ser justificada à luz das circunstâncias do caso pelo gestor.¹² Isto foi feito nestes autos, através da justificativa de urgência extrema resultante da pandemia de Covid 19.

Sendo assim, passa-se à análise dos requisitos da contratação.

3.1.2. Da justificativa para a presumida situação de emergência

Para haver contratação direta por dispensa de licitação na Lei 13.979/20, é necessário que a alegada circunstância emergencial¹³ fique demonstrada. A fim de facilitar a demonstração, o artigo 4.º-B, estabeleceu que as contratações diretas com fundamento na referida lei presumem-se¹⁴ atendidas as condições de:

I - ocorrência de situação de emergência;

II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;

III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e

IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

A presunção absoluta, em relação aos três primeiros incisos, é pertinente, pois, segundo levantamento da universidade norte-americana Johns Hopkins para o COVID-19, foram identificados, globalmente, mais de 3 milhões de casos e centena de milhares de mortes.¹⁵ E, segundo o Relatório de Situação da OMS para o COVID-19 nº 58, de 18.03.2020 (WHO,

¹² VITORELLI, Edilson. *A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e a ampliação dos parâmetros de controle dos atos administrativos: um novo paradigma*. A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional, Belo Horizonte, ano 19, n. 78, p. 195-219, out./ dez. 2019.

¹³ Segundo Antonio Carlos Cintra do Amaral, um caso é de emergência quando reclama solução imediata, de tal modo que a realização de licitação, com os prazos e formalidades que exige, pode causar prejuízo à empresa (obviamente prejuízo relevante) ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou bens, ou, ainda, provocar a paralisação ou prejudicar a regularidade de suas atividades específicas. (AMARAL, Antônio Carlos Cintra apud FIGUEIREDO, Lúcia Valle; FERRAZ, Sérgio. *Dispensa e Inexigibilidade de Licitação*. São Paulo: Malheiros, 1994, p. 49)

¹⁴ A presunção, baseada na verossimilhança, generaliza o que normalmente ocorre em certos casos, estendendo as consequências jurídicas de um fato conhecido a um desconhecido. Daí Brethe de la Gressaye e Laborde-Lacoste (*Introduction Générale à l'Étude du Droit*) dizerem que na presunção considera-se como verdadeiro o que é provável. (GUSMÃO, Paulo Dourado de. *Introdução ao estudo do direito*. 49ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2018, p. 25). Além disso, a presunção que se estabelece ao artigo 4.º-B, I, II, III, da Lei 13.979/20, é absoluta, afastando a necessidade de comprovação. (JUSTEN FILHO, Marçal ... [et al]. *Covid-19 e o direito brasileiro*. Curitiba: Justen, Pereira, Oliveirs & Talamini, 2020, Kindle Version, location 508-3136.)

¹⁵ Mais informações em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>.

Coronavirus disease 2019 (COVID-19) Situation Report – 58), há avaliação de risco global muito alto.¹⁶

Logo, basta tão somente que o gestor justifique concretamente o vínculo de pertinência, direto ou indireto, do objeto da contratação e as condições prováveis indicadas pelo legislador, havendo presunção relativa¹⁷ da necessidade do quantitativo de bens apontado no termo de referência nesse caso¹⁸.

Foi assim que procedeu o setor requisitante no termo de referência:

“Trata-se da solicitação de aquisição de Máscara N95, para atendimento ao processo SEI-080001/007067/2020 conforme demanda do despacho 3945804.

Considerando a Lei 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus.

Considerando o decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus.

Considerando que essa área técnica não restringe a competição das empresas participantes.

Considerando que não há justificativa para alguma especificação do objeto que possa restringir a competição e que a documentação técnica exigida, não restringe a competição.

Considerando que o referido processo, não limita tempo ou época ou local específico.

Encaminhamos Termo de Referência 58/2020 para ciência e autorização para prosseguimento..”

3.1.3. Apresentação do termo de referência

Segundo a legislação, o termo de referência é o documento que contém os elementos necessários, suficientes e adequadamente precisos para caracterizar o objeto da licitação e que permite a avaliação do custo e a definição dos métodos e do prazo de execução (artigo 6º, IX, Lei nº 8.666/93 e artigo 11, do Decreto Estadual nº 46.642/19).

Acontece que, diante da situação de emergencial de saúde pública, a Lei nº 13.979/20 permitiu a apresentação de termo de referência simplificado, cujos elementos serão os seguintes: a) declaração do objeto; b) fundamentação simplificada da contratação; c) descrição resumida

¹⁶ Mais informações em: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200318-sitrep-58-covid-19.pdf?sfvrsn=20876712_2.

¹⁷ A definição do quantitativo não é, como são as hipóteses dos três incisos anteriores, uma referência externa ao contrato e não-condicionada pela atividade do agente público. Ao contrário, haverá ato decisório do agente estipulando concretamente a dimensão do quantitativo, logo sujeito a controle da ocorrência de dolo. (JUSTEN FILHO, Marçal ... [et al]. *Covid-19 e o direito brasileiro*. Curitiba: Justen, Pereira, Oliveirs & Talamini, 2020, Kindle Version, Location 1.067-3136)

¹⁸ Decreto Estadual nº 46.991/20: Art. 2º - Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto neste Decreto, além das presunções estabelecidas no artigo 4º-B e 4º-E da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, presumir-se-á justificado o quantitativo descrito no Termo de Referência.

da solução apresentada; d) requisitos da contratação; e) critérios de medição e pagamento; f) estimativas dos preços obtido; e g) adequação orçamentária.¹⁹

Além disso, caso o bem ou serviço que se queira contratar se caracterize como comum²⁰, o artigo 4º-C, da Lei 13.979/20²¹, dispensa a apresentação de estudo preliminar. Em paralelo, de acordo com o artigo 4º-D, da Lei 13.979/20²², o gerenciamento de riscos somente será exigido na gestão do contrato.

No caso em análise, após a justificativa devidamente trazida aos autos para a contratação pretendida, foi elaborado o termo de referência simplificado pela Superintendência de Logística, **mas não há informação sobre a qualificação profissional do técnico que o assina.**

3.1.4. Razões de escolha do contratado

Para as hipóteses de contratação direta de bens e serviços, também deve ser apresentada justificativa fundamentada da escolha do fornecedor ou executante, a qual, conforme orientação do TCU, sempre que possível, deverá ser feita com base em elementos que demonstrem que: a) o fornecedor possui capacidade técnica compatível com a complexidade e o porte do objeto a ser contratado e atende aos requisitos relacionados a habilitação jurídica e a qualificação econômico-financeira ; b) encontra-se em situação de regularidade com a Seguridade Social.

Excepcionalmente, no caso de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço – que se estende à hipótese de prazo de entrega de material –, o artigo 4º-F, da Lei nº 13.979/20, dispensa a apresentação de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados os relativos à Seguridade Social e ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do artigo 7º da Constituição, cuja obrigatoriedade permanece.

¹⁹ Art. 4º-E Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado.

§ 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o **caput** conterá

I - declaração do objeto;

II - fundamentação simplificada da contratação;

III - descrição resumida da solução apresentada;

IV - requisitos da contratação;

V - critérios de medição e pagamento;

VI - estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros:

a) Portal de Compras do Governo Federal;

b) pesquisa publicada em mídia especializada;

c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;

d) contratações similares de outros entes públicos; ou

e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e

VII - adequação orçamentária.

²⁰ Consideram-se bens e serviços comuns, por definição legal, “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado” (artigo 1.º, parágrafo único, da Lei 10.520/2002). Com efeito, na lição doutrinária de Marçal Justen Filho, “bem ou serviço comum é aquele que se encontra disponível a qualquer tempo num mercado próprio e cujas características padronizadas são aptas a satisfazer as necessidades da Administração Pública”. JUSTEN FILHO, Marçal. *Pregão: comentários à legislação do pregão comum e eletrônico*. 5. ed. São Paulo: Dialética, 2009. p. 37.

²¹ Art. 4º-C Para as contratações de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, não será exigida a elaboração de estudos preliminares quando se tratar de bens e serviços comuns.

²² Art. 4º-D O Gerenciamento de Riscos da contratação somente será exigível durante a gestão do contrato.

No que concerne à documentação de habilitação da contratada, não cabe à ASJUR e sim aos fiscais do contrato e à Coordenação de Contratos observarem se a empresa contratada possui as condições de habilitação e qualificação exigidas quando da celebração do instrumento, devendo-se atentar, inclusive, quanto ao prazo de validade das certidões apresentadas.

Ao que parece, os requisitos de habilitação técnica descritos no item V do termo de referência não se encontram presentes, mas apenas os de qualificação jurídica e fiscal (4337767). É preciso que haja justificativa idônea para tanto, uma vez que a dispensa de documentos de habilitação somente é possível no caso de restrição de fornecedores, nos termos do artigo 4º-F, da Lei nº 13.979/20.

3.1.3 Estimativa de preços

Para os casos de dispensa de licitação é necessário, ainda, que haja justificativa de preço devidamente formalizada no respectivo procedimento, comprovando a adequação dos custos e conformidade dos valores praticados ao de mercado, evitando contratações desastrosas, não vantajosas ou inadequadas. A Administração tem o dever de buscar, sempre, a maior vantagem para o interesse público.²³

No entanto, tratando-se de um período de excepcionalidade, diferentemente do Decreto nº 46.642/19²⁴ e do enunciado nº 02 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ²⁵, o artigo 4º-E, §1º, VI, da Lei nº 13.979/20 estabelece a possibilidade de a estimativa dos preços se dar por meio de, no mínimo, uma das seguintes fontes:

- a) Portal de Compras do Governo Federal;
- b) pesquisa publicada em mídia especializada;
- c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;
- d) contratações similares de outros entes públicos; ou
- e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores;

A despeito da possibilidade, é dever do gestor, sempre que possível, obter 3 (três) fontes de referência, nos termos do artigo 1º, §2º, do Decreto Estadual nº 46.966/20²⁶. Caso a estimativa indique que os preços superam as oscilações ocasionadas pela variação de preços, não haverá impedimento à contratação, mas demandará justificativa do gestor.²⁷ **E, ao particular, o ônus de comprovar, ainda que posteriormente (visto que, nesse momento**

²³ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 16. Ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 288.

²⁴ Apesar de o Decreto nº 46.684/19 ter suspenso a aplicação do Decreto nº 46.642/19, que regula a fase preparatória das licitações públicas estaduais, na presente manifestação adotar-se-á as disposições do Decreto suspenso, de modo a orientar o gestor no trâmite licitatório.

²⁵ Enunciado nº 2 do TCE: As pesquisas de mercado realizadas previamente às contratações no âmbito da Administração Pública não devem se limitar a cotações obtidas junto a potenciais fornecedores, devendo obedecer aos critérios de amplitude e diversificação, de maneira a possibilitar o acesso a fontes de pesquisa variadas e a obtenção das melhores condições de preço, respeitadas as limitações decorrentes da especificidade do objeto contratual.

²⁶ Art. 1º (...) §2º - A estimativa de preços de que trata o artigo 4º-E, §1º, inciso VI, da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, deverá ser obtida, sempre que possível, mediante 3 (três) fontes de referência.

²⁷ Art. 4º-E, §3º, da Lei nº 13.979/20.

excepcional, o atendimento à população não pode ser obstado), que os preços ofertados à Administração são compatíveis com os praticados no mercado²⁸, vedando-se a majoração sem justa causa²⁹.

Mesmo se tratando de um período de emergência, exige-se a estimativa de preços. Apenas em última hipótese, e desde que haja justificativa específica, será dispensada a citada estimativa.³⁰

Na situação em análise, consta um e-mail com pedido de cotação para empresas fornecedoras, possíveis interessadas no envio de cotação (3951967), mas apenas três empresas enviaram propostas: SYSGRAPHIC (3952057), STATUS (3952057) e IMPERIAL (3952057). Todavia, não se consultaram outras fontes de pesquisa, como bancos de preços públicos, a exemplo do SIGA e do ComprasNet.

Apesar de não se aplicar aqui o requisito da ampla pesquisa de preços (Lei 13.979/2020), percebe-se que não é razoável a adoção do referido procedimento na estimativa de valores.

Em síntese: embora não se possa afirmar *a priori* que os preços praticados sejam abusivos, o que extrapolaria o âmbito de atribuição da Subsecretaria Jurídica, o referido procedimento traz dúvida razoável sobre a aptidão das referidas empresas em contribuir adequadamente para a formação do preço de mercado do bem contratado, sendo certo que o volume e valor dos contratos, a natureza dos bens envolvidos, bem como a atual circunstância de escassez de recursos, recomendariam a realização de um procedimento mais cuidadoso.

Esse não é um vício apenas desse processo emergencial, mas de tantos outros, tendo levado o i. Procurador Geral do Estado, após acolhimento da Promoção Conjunta BBS/CCF/MFC/PE nº 01/2020, a recomendar:

c) Em relação às **estimativas de preços**, recomenda-se:

c.1) primeiramente, **a revisão de todos os processos de contratação direta da Covid-19, com o fim de realizar, naqueles em que ela não tiver se verificado, efetiva estimativa de preços com base no artigo 4º-E, §1º, inciso VI, da Lei Federal nº 13.979/2020 e no artigo 1º, § 2º, do Decreto n. 49.991/2020**, ou, em caso de impossibilidade, a apresentação justificativa circunstanciada de sua dispensa;

²⁸ Item 6.3 da Nota Técnica nº 01, de 27 de março de 2020, do TCE-RJ.

²⁹ **Lei Estadual nº 8.769/2020: Art. 1º** Fica vedada a majoração, sem justa causa, do preço de produtos ou serviços, durante o período em que estiver em vigor o Plano de Contingência do Novo Coronavírus da Secretaria de Estado de Saúde.

§ 1º Para os fins da definição de majoração de preços de que trata o caput deste artigo deverão ser considerados os preços praticados em 01 de março de 2020.

§ 2º A proibição de que trata o caput deste artigo se aplica aos fornecedores de bens e serviços nos termos do artigo 3º do Código de Defesa do Consumidor.

³⁰ Art. 4º-E, 2º, da Lei nº 13.979/20.

c.2) realizada a estimativa de preços e **constatada a celebração de contrato por valores superiores ao estimado, deve o gestor verificar se a diferença decorre de oscilações ocasionadas pela variação de preços**, hipótese em que, mediante circunstanciada justificativa da vantajosidade da manutenção, **poderá ser convalidada a contratação**, nos termos do artigo 4º-E, §3º, da Lei Federal nº 13.979/2020 e do artigo 52 da Lei estadual 5.427/09;

c.3) na hipótese de **constatação de sobrepreço**, ressalvada a hipótese de manutenção da contratação referida no item 'c.2' acima, deve o gestor adotar todas as providências para o ressarcimento dos valores em excesso já despendidos, inclusive mediante **glosa/retenção cautelar de pagamentos vincendos ou pendentes, ou, em caso de prévio exaurimento do contrato, suscitar o ajuizamento de medida judicial à Procuradoria Geral do Estado para o ressarcimento**. Nos contratos de execução diferida, deve o gestor avaliar a vantajosidade de se manter a contratação, sobretudo à luz do princípio da continuidade dos serviços públicos. Caso pretenda manter a avença, deverá questionar ao particular contratado se ele concorda com a readequação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato ao preço obtido na estimativa de preços, devendo abarcar, inclusive, o ressarcimento de valores em excesso já recebidos. Em caso positivo, poderá ser celebrado termo aditivo para convalidação do contrato, consoante artigo 52 da Lei estadual 5.427/09. Caso o gestor não considere vantajosa a manutenção do contrato ou o particular não concorde com a readequação do preço, deve o gestor instaurar processo administrativo em contraditório para fins de decretação de nulidade da contratação.³¹

Por essa razão, salvo a existência de justificativa, deve ser realizada nova estimativa, nos termos do item c.1 do despacho do i. Procurador Geral do Estado. A partir disso, caso se constatem oscilações pela variação de preços, deve-se justificar nos termos do item c.2. Por outro lado, caso haja sobrepreço e o ajuste tenha sido convalidado, deve o gestor adotar todas as providências para o ressarcimento dos valores em excesso já despendidos, conforme o item c.3.

Finalmente, vale ressaltar que a empresa vencedora possui os seguintes objetos sociais, conforme contrato social e registro junto à Receita Federal (4337767): comércio varejista de material elétrico, manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de terraplanagem, instalação de máquinas e equipamentos industriais, comércio atacadista de artigos de vestuário e acessórios, comércio varejista de animais vivos e de artigos de alimentos para animais de estimação. Verifica-se, portanto, que se trata de empresa completamente estranha ao ramo de materiais médicos e de EPIs.

3.1.4. Da adequação orçamentária

De acordo com o artigo 4º-E, §1º, VI, da Lei nº 13.979/20, as despesas decorrentes da contratação que se pretende efetivar devem ser precedidas da competente adequação orçamentária, o que foi providenciado (3985042).

4. Da análise da minuta

O instrumento contratual é documento obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam

³¹ Processo - [SEI-140001/008049/2020](#)

compreendidos nos limites daquelas duas modalidades de licitação. Nos demais casos é facultada à administração sua substituição por outros instrumentos hábeis, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço³².

As cláusulas dos contratos nº 023/2020 (4337836) obedecem parcialmente às prescrições legais vigentes e orientações da PGE. Por esta razão, sugerem-se algumas alterações, por meio de termo aditivo:

- Recomenda-se a substituição da **cláusula primeira** nos seguintes termos da minuta-padrão da PGE:

“CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DA FORMA DE FORNECIMENTO

O presente CONTRATO tem por objeto a aquisição de _____, na forma do Termo de Referência.

PARÁGRAFO ÚNICO - O fornecimento do objeto será _____, de acordo com a forma indicada no Termo de Referência (ou, se for o caso, do Termo de Referência Simplificado).”.

- Recomenda-se a substituição da **cláusula segunda** nos seguintes termos da minuta-padrão da PGE:

“CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O contrato terá prazo de duração de (até seis meses), contados a partir de dd/mm/aaaa, e poderá ser prorrogado por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso cesse a situação de emergência de saúde pública durante a vigência deste contrato, é facultado à CONTRATANTE resilir unilateralmente o contrato.”

- Nota-se na **cláusula décima** da minuta que houve a redução da garantia para o percentual de 2% sem qualquer justificativa antecedente. No entanto, a nota explicativa nº 12 e 12-A da minuta-padrão de compras elaborada pela d. Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro – PGE/RJ³³, que vincula e orienta a presente Assessoria, nos termos do Decreto nº 40.500/07³⁴, estabelece a

³² Art. 62, da Lei nº 8.666/93.

³³ 12) A garantia **poderá ser dispensada**, e a cláusula suprimida, a critério e com justificativa específica da Autoridade Competente (artigo 56, *caput* da Lei nº 8.666/93).

12.1) **Poderá ser adotado percentual de até 5%** (cinco por cento), na forma do artigo 56, §2º da Lei nº 8.666/93, a critério e com justificativa específica da autoridade competente.

³⁴ **Art. 1º** - Art. 1º - O Sistema Jurídico do Estado do Rio de Janeiro, sob coordenação da Procuradoria Geral do Estado, é integrado pelos seguintes órgãos:

I - ÓRGÃO CENTRAL: Procuradoria Geral do Estado

II - ÓRGÃOS LOCAIS: Assessorias Jurídicas dos órgãos integrantes da Administração Direta

III - ÓRGÃOS SETORIAIS: Assessorias Jurídicas das entidades integrantes da Administração Indireta

Art. 3º - Compete à Procuradoria Geral do Estado, no exercício do controle e supervisão dos órgãos setoriais do Sistema Jurídico Estadual:

(...)

III - elaborar minutas padronizadas de editais de licitação e de contratos, convênios, ajustes e acordos, inclusive os de natureza trabalhista;

Art. 4º - Compete aos órgãos locais e setoriais do Sistema Jurídico Estadual:

necessidade de justificativa da autoridade competente na dispensa ou adoção da garantia. Esta pendência deve ser sanada.

- Deve-se substituir a **cláusula décima primeira** para que preveja a possibilidade de acréscimo ou supressão em até 50% do valor inicial atualizado do contrato, nos termos da minuta-padrão da d. PGE:

“O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

Nota Explicativa: Se, diante do caso concreto, o gestor decidir pela aplicação do previsto no art. 4º-I, da Lei no. 13.979/2020, deve-se incluir o seguinte dispositivo:

PARÁGRAFO ÚNICO: A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato..”

- A redação da **cláusula décima terceira** deve ser adequada à minuta padrão da PGE-RJ, recentemente alterada pelo Of.PGE/PG15/CCAPSJ SEI N°09;
- Insira-se a cláusula **décima quinta** da minuta padrão da PGE:

“CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado na forma prevista no caput da Cláusula Décima Nona.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no Termo de Referência (ou, se for o caso, Termo de Referência Simplificado) e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no Termo de Referência (ou, se for o caso, Termo de Referência Simplificado), na forma do disposto no artigo 75 do Decreto nº 3.149/1980 e nos seguintes casos:

I - quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual previstos nos incisos I a IV e VIII a XII do artigo 83 do Decreto nº 3.149/1980.

II - quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite ou tomada de preços.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-CONTRATADA perante a CONTRATANTE.”.

- Altere-se a redação da **cláusula décima sétima**, que versa sobre a publicação, para a seguinte redação:

DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

I - observar a orientação técnico-jurídica fixada pela Procuradoria Geral do Estado, cumprindo a todas as suas determinações e recomendações;

Após a assinatura do contrato os seus dados serão imediatamente disponibilizados em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do artigo 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome da CONTRATADA, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

5. Das medidas juridicamente possíveis para os vícios no procedimento e eventuais inadimplências do contratado

A Subsecretaria Executiva encaminhou os autos para, além da análise da viabilidade jurídica da contratação, esclarecer aos seguintes pontos: 1) Viabilidade ou não de manutenção das avenças; 2) Em caso positivo, quais seriam as possíveis formas de adequação legal?; 3) Em caso negativo, quais seriam as possíveis formas de descontinuidade das avenças?; 4) No caso dos vícios apontados (“*red flags*” e indicadores) é possível sua convalidação?; 5) Em caso positivo, quais as formas de os realizar? 6) Há possibilidade de imposição sancionatória por parte do Estado?; 7) Em caso positivo, há discricionariedade por parte do gestor na possível aplicação do sancionamento? 8) Há necessidade de encaminhamento de peças para órgãos de controle?

5.1. Da validade, vigência e eficácia dos contratos firmados

O contrato é válido a partir do momento que foi assinado pelas partes em conformidade com a ordem jurídica. É vigente a partir do momento em que pode começar a produzir efeitos. E é eficaz desde que produza os seus efeitos.³⁵ Com base em tais premissas, o artigo 26, *caput*, da Lei 8.666/93³⁶ estabelece que a eficácia dos contratos fica condicionada à publicação do ato de dispensa ou inexigibilidade na imprensa oficial, no prazo de cinco dias contados de sua ratificação pela autoridade superior.

Ocorre que não pode ser aplicado o artigo 26 da Lei nº 8.666/1993 às contratações regidas pela Lei Federal nº 13.979/2020. E não pode, porque os §2º do artigo 4º, da Lei 13.979/2020³⁷, diferentemente da Lei nº 8.666/93, não condicionou a eficácia do ato à prévia publicação. Manteve, assim, a linha lógica e coerente de suas disposições: celeridade, definição

³⁵ NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação pública e contrato administrativo*. 4. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015. 1183 p.

³⁶ Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do artigo 17 e no inciso III e seguintes do artigo 24, as situações de inexigibilidade referidas no artigo 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do artigo 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

³⁷ Art. 4º (...) § 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do artigo 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

do essencial e pontos de controle. O controle social continuará tendo na publicidade um dos instrumentos necessários à efetividade.³⁸

Por esse motivo, a vigência e a eficácia do contrato administrativo começam a partir do momento em que se tornou válido, ou seja, da sua assinatura, desde que não haja fixação de maneira diversa no instrumento. E a publicidade, nesse caso, serve apenas para o efetivo controle social, não sendo condição suspensiva como é na Lei 8.666/93.

Eventual ausência de assinatura de uma das partes do contrato e/ou publicação, não descaracterizam a validade do ajuste, bastando que se corrijam tais nos termos do artigo 52, *caput* da Lei 5.427/09³⁹, isto é, assinando o contrato e publicando-o imediatamente na forma §2º do artigo 4º, da Lei 13.979/2020.

5.2. Da (ausência de) discricionariedade na aplicação das sanções e na dosimetria das sanções

A Administração Pública e o contratado devem cumprir à risca as suas obrigações, o que é fundamental para a eficiência do contrato. Nesse sentido, o inciso III do artigo 58 da Lei nº 8.666/93⁴⁰ outorga à Administração a prerrogativa de fiscalizar a execução dos contratos. A rigor jurídico, não se trata de mera prerrogativa, como se fosse uma espécie de faculdade. A Administração tem o **poder-dever** de fiscalizar a execução dos contratos.⁴¹ Caso constatada a inadimplência do contratado após a fiscalização, exsurge a o poder-dever de a Administração aplicar as sanções pertinentes ao caso concreto, mediante contraditório prévio, com fundamento nos artigos 58, inciso IV, e 87 da Lei nº 8.666/93.⁴²

Portanto, apesar das divergências, não há que se falar em existência de discricionariedade em imposição de sanção administrativa⁴³, entretanto, há discricionariedade

³⁸ FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby; FERNANDES, Murilo Jacoby; TEIXEIRA, Paulo Roberto; TORRES, Ronny Charles Lopes de. *Direito Provisório e A Emergência do Coronavírus*. Belo Horizonte: Fórum, 2020, p. 67.

³⁹ **Art. 52.** Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

⁴⁰ **Art. 58.** O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

(...)

III - fiscalizar-lhes a execução;

⁴¹ NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação Pública e Contrato Administrativo: Coleção Fórum Menezes Niebuhr*. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p. 892.

⁴² **Art. 58.** O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

IV - **aplicar sanções** motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes **sanções**:

I - advertência;

II - **multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato**;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

⁴³ A primeira posição entende que a Administração possui discricionariedade para imposição de sanções aos contratados, não havendo que se falar em tipicidade dos ilícitos contratuais (CRETELLA JÚNIOR, José. Das licitações

do administrador na dosimetria da pena, ou seja, em definir o quão grave será a conduta do contratado.⁴⁴

Tal liberdade de valoração não é plena, pois deve obedecer ao prévio e efetivo contraditório, à proporcionalidade na aplicação das sanções⁴⁵ e a dosimetria estabelecida §2º do artigo 22, da LINDB.⁴⁶ Nesse último caso, a boa-fé do contratado funciona como um redutor parcial da discricionariedade.⁴⁷

5.3. Da manutenção ou extinção dos ajustes

A regra é que as avenças continuem até o seu fim, afinal o contrato administrativo visa ao interesse público. Ainda que haja vício, a primeira alternativa é tentar saná-los. Apenas se houver descumprimento grave a ponto de colocar em risco os direitos fundamentais e as necessidades administrativas é que deve ser rescindido o ajuste⁴⁸, nos termos do artigo 77 e 78 da Lei 8.666/93.⁴⁹ Essa avaliação, frise-se, cabe ao gestor.

públicas. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009, p. 386 e 399). A segunda posição entende que é da natureza das penalidades administrativas, entre as quais inclui as contratuais, "o *abrandamento do rigor na tipificação da conduta que gera o juízo*

de reprovação", logo a Administração dispõe de espaço discricionário para dosar a penalidade apropriada, desde que cumprido o devido processo legal (PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública. 5. ed. Renovar: Rio de Janeiro, 2002, p. 788). A terceira posição frisa pela total ausência de discricionariedade administrativa para imposição de penalidades aos contratados e exige que a tipificação de infrações contratuais seja feita mediante lei (JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 882). A quarta posição é no sentido que as sanções administrativas podem ser aplicadas por "infringência de norma da Administração estabelecida em lei (em sentido geral, compreendendo também o regulamento, os cadernos de encargos etc.) ou no próprio contrato", de maneira que, embora resguarde-se a discricionariedade administrativa, exige-se a tipicidade como requisito para a imposição da sanção. (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 229).

⁴⁴ GUTIERREZ, Raul Ciampolini. *Discricionariedade na aplicação de sanção administrativa*. Revista Brasileira de Estudos da Função Pública – RBEFP, Belo Horizonte, ano 5, n. 13, p. 75-94, jan./abr. 2016.

⁴⁵ Logo, para **pequenas infrações** que não tenham causado qualquer dano, a Administração deve aplicar a pena de advertência; para a eventualidade de reincidência no cometimento de pequenas infrações, e para as hipóteses de **infrações mais graves**, mas que não justifiquem a rescisão do contrato, a pena indicada é a **multa**. Quando houver violação de cláusula do contrato que justifique sua rescisão, deve ser aplicada a **pena de suspensão temporária**. Em hipótese de fraude praticada pelo contratado, deve ser aplicada a pena mais rigorosa, a **declaração de inidoneidade**. Observa-se que a aplicação das duas últimas penas – suspensão temporária e declaração de inidoneidade – **podem ser acumuladas com a aplicação de multa**, nos termos do §2º do artigo 87, Lei 8.666/93. FURTADO, Lucas Rocha. *Curso de licitações e contratos administrativos*. 6. ed. rev. atual. e ampl. – Belo Horizonte: Fórum, 2015. Pág. 519

⁴⁶ Art. 22. (...)

§ 2º. Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente. (grifou-se)

⁴⁷ A boa-fé do cidadão perante o direito e a administração pública é capaz de lhe gerar benefícios igualmente em matéria sancionatória. Em outras palavras, o particular que comete infração do direito administrativo (por exemplo, infração administrativa sanitária, ambiental, concorrencial etc.) poderá se beneficiar de uma redução da sanção caso tenha agido de boa-fé, ou seja, caso a violação por ele operada tenha ocorrido sem o intuito de cometer a infração no caso concreto. Note-se, contudo, que essa hipótese não representa um caso de redução integral da discricionariedade administrativa, senão mera redução parcial. MARRARA, Thiago. A boa-fé do administrado e do administrador como fator limitativo da discricionariedade administrativa. – RDA – Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 259, p. 207-247, jan./abr. 2012

⁴⁸ A rescisão, por outro lado, tem cabimento quando o fim do contrato decorre de **descumprimento ou inadimplemento contratual**. Segundo o i. jurista Flávio Amaral Garcia, a rescisão ocorre quando há o inadimplemento de uma das partes, sendo certo que somente a Administração pode rescindir o contrato unilateralmente. GARCIA, Flávio Amaral. *Licitações e Contratos Administrativos - Casos Polêmicos*. 4ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2016, p. 383.

⁴⁹ Essa possibilidade legal, entretanto, deve ser encarada com a máxima cautela, porquanto não está dando "carta branca" ao administrador público para rescindir qualquer acordo que não esteja sendo executado nas condições preestabelecidas, derivando, isto sim, de uma avaliação séria, cuja conclusão desemboque na certeza do risco ao interesse público. BITTENCOUR, Sidney. *Licitação Passo A Passo: Comentando Todos Os Artigos da Lei Nº 8.666/93 Totalmente Atualizada*. Belo Horizonte: Fórum, 2016, p. 634.

Por outro lado, a par da inexecução contratual, admite-se a extinção do ajuste por meio de rescisão amigável⁵⁰ (tecnicamente conhecida como resilição ou distrato⁵¹), que: (i) não é cabível quando configurada outra hipótese que daria ensejo à rescisão; (ii) somente pode ocorrer quando for conveniente para a Administração; e (iii) não pode, jamais, resultar em prejuízo para o contratante.⁵²⁻⁵³ A fixação de tais requisitos serve como limitação da discricionariedade administrativa para a extinção da relação contratual, razão pela qual deve ser observada.

Em ambas hipóteses, deve-se cumprir o artigo 79, §1º, da Lei 8.666/93.⁵⁴

6. Conclusão

Em face do exposto, na forma do artigo 2º, incisos I e VI, da Lei Estadual nº 5.414/2009, opina-se nos seguintes termos:

1. Apesar de o termo de referência ter sido elaborado pela Superintendência de Logística, recomenda-se o esclarecimento quanto qualificação profissional do técnico que o assina; caso este não tenha qualificação profissional pertinente ao tema, recomenda-se a correção desse vício com a assinatura de técnico que o tenha.
2. Ao que parece, os requisitos de habilitação técnica descritos no item 5 do termo de referência não se encontram presentes. É preciso que haja justificativa idônea para tanto, uma vez que a dispensa de documentos de habilitação somente é possível no caso de restrição de fornecedores, nos artigo 4º-F, da Lei nº 13.979/20.
3. Deve ser realizada nova pesquisa para estimativa de preços, termos do item c.1 do despacho do i. Procurador Geral do Estado. A partir disso, caso se constatem oscilações, deve-se justificar nos termos do item c.2. Por outro lado, caso haja sobrepreço e o ajuste tenha sido convalidado, deve o gestor adotar todas as providências para o ressarcimento dos valores em excesso já despendidos, conforme o item c.3;
4. Promova-se as alterações nos contratos, por meio de termo aditivo, nos termos do item 4 do presente parecer;

⁵⁰ Esta hipótese tem previsão expressa no artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

⁵¹ A resilição, distrato ou rescisão amigável é o desfazimento do contrato por simples manifestação de vontade, ou seja, "ocorre quando as partes simplesmente não mais desejam prosseguir no contrato". FALCÃO, Joaquim; GUERRA, Sérgio; ALMEIDA, Rafael; VIANNA, Rodrigo. *Direito administrativo contratual*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 150. v. 2.

⁵² TCU. Processo TC no 008.937/2016-8. Acórdão no 2.612/2016 – Plenário. Relator: ministro Benjamin Zymler.

⁵³ Este entendimento, aliás, é corroborado pela Nota 1 constante na minuta-padrão de distrato editada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), a qual salienta que "o instrumento em questão só pode ser firmado se todas as obrigações da contratada tiverem sido, até então, plenamente executadas."

⁵⁴ Art. 79 (...) § 1º A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

5. Em especial, faz-se necessário justificar a redução da garantia prevista na cláusula décima da minuta, em respeito à nota explicativa nº 12 e 12-A da minuta-padrão de compras elaborada pela PGE/RJ;
6. Em resposta à consulta da Subsecretaria Executiva, sugere-se a observância das recomendações traçadas no item 5 do presente parecer;
7. Remetam-se à Subsecretaria de Controladoria Geral desta Secretaria Estadual de Saúde.

É o parecer.

Rio de Janeiro, 4 de maio de 2020.



DANIELLE TUFANI ALONSO
Procuradora do Estado do Rio de Janeiro
Assessora-Chefe da Secretaria de Estado de
Saúde
ID Funcional nº 42666112



FELIPE DE MELO FONTE
Procurador do Estado do Rio de Janeiro
Subsecretário Jurídico da Secretaria de Estado
de Saúde
ID Funcional nº 4334827-0



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria de Controladoria Geral da SES

À SUBEX,
C/C SUPAG,
C/C SUBJUR

Trata-se de processo administrativo instaurado no âmbito da Subsecretaria Executiva, visando a contratação de empresa para aquisição de 150.000 (cento e cinquenta mil) unidades de máscara de proteção N95, para o atendimento aos pacientes acometidos de COVID-19, culminando com a celebração do Contrato nº 023/2020 (4337836), entre a Secretaria de Estado de Saúde, representada pelo então Subsecretário Executivo, Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos e a empresa Sysgraphic Comércio e Serviço.

- **Considerações Iniciais**

A Lei Estadual nº 7.989/2018, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, definiu o Sistema de Controle Interno, nos termos do seu artigo 5º, como sendo o *“conjunto de órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual organizados por macrofunções e atividades de controle, que devem agir de forma articulada, multidisciplinar, integrada e sob a orientação técnico-normativa da Controladoria Geral do Estado para o desempenho das atribuições de controle interno indicadas na Constituição Federal e na Estadual”*.

O parágrafo primeiro do artigo 4º da referida Lei dispõe, ainda, que *“a responsabilidade primária por estabelecer, manter, monitorar e aperfeiçoar os controles internos é do titular do órgão ou entidade, sem prejuízo das responsabilidades secundárias que cabem às chefias, direção e demais gestores em seus respectivos âmbitos de atuação”*.

A esse respeito, o Decreto Estadual nº 46.873/2019, ao regulamentar a Lei Estadual nº 7.989/2018, assenta, no parágrafo 3º do artigo 11, que a Unidade de Controle Interno – UCI, ao exercer as atividades de avaliação e consultoria, não deve assumir quaisquer responsabilidades ou ter qualquer ingerência na gestão do órgão ou entidade.

Desta forma, esta Subsecretaria de Controladoria Geral da SES (SUBCG) é a Unidade de Controle Interno da SES, integrando a estrutura organizacional da Administração, tendo por função acompanhar a execução dos atos bem como integridade e confiabilidade das informações produzidas e sua disponibilidade para a tomada de decisões e para o cumprimento de obrigações de *accountability*, apontando, em caráter sugestivo, preventivo ou corretivo, as ações a serem desempenhadas. **Note-se, portanto, o caráter opinativo e não vinculativo das manifestações exaradas por esta SUBCG, haja vista que o gestor pode ou não atender à proposta que lhe seja indicada, sendo dele a responsabilidade e risco dos atos praticados.**

Assim, diante das notícias veiculadas em mídia de grande circulação, acerca de indícios da ocorrência de irregularidades envolvendo as contratações emergenciais firmadas pela SES/RJ, no combate ao COVID-19, esta SUBCG, no exercício de suas atribuições, **SUGERIU** à Subsecretaria Executiva (4317695) que fosse avaliada a possibilidade de revisão dos critérios que envolveram tais contratações, de modo a proteger o erário e para que os gestores da Secretaria de Estado de Saúde e do Fundo Estadual de Saúde não fiquem vulneráveis à responsabilização perante a Egrégia Corte de Contas. Foi apontada, inclusive, a possibilidade de eventual anulação das contratações firmadas com preços acima do padrão, cujos bens ou serviços ainda não tivessem sido entregues ou prestados, caso tal medida não represente riscos à população e desde que apresentadas justificativas corroboradas por evidências documentais, devendo ser instaurados novos procedimentos visando aquisições com preços compatíveis e justos, em observância ao disposto na Lei

Destaco que, esta SUBCG, numa atuação proativa e no intuito de atingir o máximo de eficiência e eficácia dos mecanismos de transparência e controle das informações, elaborou Minuta de Resolução – 4539121, para dispor sobre o procedimento a ser adotado nos processos SEI-RJ que tratam das contratações destinadas às medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus no âmbito da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro.

Ainda visando um maior controle e transparência, bem como para analisar as supostas irregularidades denunciadas na mídia, por ordem do Exmo. Secretário de Estado de Saúde, à época, esta SUBCG, por meio da Portaria SUBCG/SES nº 11/2020, determinou à Superintendência de Auditoria Geral da SES (SUPAG) a realização Auditoria Extraordinária para analisar os processos de contratações emergenciais decorrentes do novo coronavírus (COVID-19), dentre os quais se encontra o presente.

Esta Auditoria Extraordinária, conforme esclarecimentos prestados na CI SES/SUPAG SEI Nº8 (4397566) e no despacho 4535930, proferido nos autos do processo administrativo nº SEI-080002/000890/2020, está sendo realizada pela SUPAG em duas etapas, a primeira, preliminar, tendo como objetivo contribuir com o processo de gestão da SES, focando na identificação de riscos potenciais e efetivos que poderão vulnerar a gestão do Fundo Estadual de Saúde – FES em razão de possíveis impropriedades cometidas nos processos de contratação e execução das aquisições emergenciais, culminando com a elaboração de "Relatórios de Identificação e Classificação de Riscos", por meio dos quais aquela SUPAG apresenta aos gestores medidas saneadoras dos processos e mitigadoras dos riscos, para restabelecimento da eficácia e eficiência dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles.

A segunda etapa, por sua vez, ocorrerá após a efetivação da análise de todos os processos, ocasião na qual, a partir da replicação de um material elaborado pela Controladoria Geral da União, serão avaliadas outras dimensões da contratação, tais como a execução, a motivação da contratação, o preço e quantidade praticados, à definição do objeto, à transparência e o controle social, sendo emitido, ao final, "Relatório Final".

Importante frisar que a SUPAG, no intuito de assegurar à Controladoria Geral do Estado o acompanhamento dos trabalhos realizados no âmbito da Auditoria Extraordinária instaurada, vem apresentando relatórios semanais apresentando os trabalhos realizados, as possíveis indicações de impropriedades, ou irregularidades existentes nos contratos já submetidos à sua análise.

Outrossim, a Controladoria Geral do Estado, visando atender à Nota Técnica TCE/RJ nº 001/2020, que dispõe sobre orientação aos jurisdicionados acerca da realização de procedimentos de contratação, direta ou mediante licitação, para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), recomendou, por meio do Ofício CGE/GAB SEI nº 67 (4270899), que esta Secretaria de Saúde disponibilize em seu *sítio* eletrônico, em seção específica, na página principal, as despesas realizadas no combate ao coronavírus com a denominação “Despesas com o Coronavírus”.

Neste ponto, ressaltamos que esta SUBCG providenciou a inserção dos referidos contratos, firmados pela SES, no Portal da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro (SES/RJ), sob o link: <https://www.saude.rj.gov.br/noticias/2020/04/ses-rj-disponibiliza-painel-com-informacoes-de-contratos-emergenciais>, bem como orientamos à SUBEX (4609012) que os processos SEI-RJ a eles relacionados devem estar instruídos com todos os documentos considerados relevantes e não apenas com o instrumento contratual.

Além disso, a despeito da flexibilização das regras para dispensa de licitação, introduzidas pela Lei Federal nº 13.979/2020 e pelo Decreto nº 46.991/2020, em razão do período de excepcionalidade resultante da pandemia do COVID-19, tais medidas não obstam a necessidade de as pessoas jurídicas de direito privado contratadas observarem as obrigações previstas na Lei nº 7.753/17, de modo que sejam devidamente implementadas ferramentas aptas à prevenção de irregularidades e fraudes. Portando, em atendimento ao Ofício CGE/GAB SEI Nº81 (4396775), oriundo da Controladoria Geral do Estado, esta SUBCG solicitou à SUBEX, Fundação Saúde, Instituto Vital Brasil e IASERJ, respectivamente por meio do despacho 4666369 e do Ofício SUBCG SEI Nº38 (4707017), a adoção das providências necessárias ao encaminhamento àquela CGE das informações referentes às empresas contratadas e aos contratos celebrados, com o objetivo de assegurar a rigorosa observância de critérios de integridade e ética nas contratações realizadas e o cumprimento da Lei nº 7.753/17.

Por fim, cumpre-nos destacar a edição, pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, da Deliberação TCE/RJ nº 313, disciplinando a inserção e o envio de dados relativos às dispensas de licitação e contratos realizados com amparo na Lei Federal nº 13.979/2020, por meio do sistema informatizado e-TCERJ, regulamentado nos termos da Deliberação TCE-RJ nº 261/14, no prazo de 02 (dois) dias úteis após a assinatura do ato, já tendo sido esta Deliberação encaminhada à essa SUBEX para ciência e providências quanto ao seu cumprimento, nos termos do despacho 4580219, exarado nos autos do processo administrativo nº SEI-080017/002819/2020.

- **Providências Preliminares**

Primeiramente, cumpre registrar que o presente processo somente foi submetido a esta Subsecretaria de Controladoria Geral da SES posteriormente à celebração do Contrato nº 023/2020, tendo recebido os presentes autos em 04/05/2020.

A partir do seu recebimento, esta SUBCG providenciou a extração de cópias do referido contrato e demais documentos necessários à sua disponibilização no Portal de Transparência da SES, em observância às disposições constantes no art. 5º da Lei 8.794/2020, no art. 8º, § 3º c/c art. 15, § 1º do Decreto 46.475/2018 e na Nota Técnica TCE/RJ nº 001/2020.

- **Da Contratação Direta**

Conforme já esclarecido, nos termos do art. 11, §3º do Decreto Estadual nº 46.873/2020, as manifestações exaradas por esta Subsecretaria de Controladoria Geral da SES, no exercício de suas atividades de avaliação e consultoria, possuem caráter eminentemente opinativo e sugestivo e, portanto, não vinculam o gestor, que pode ou não atender à proposta que lhe seja indicada, sendo dele a responsabilidade e risco dos atos praticados.

Desta forma, após uma análise perfunctória e não exauriente dos elementos que compõem o presente processo até o presente momento, esta SUBCG, em razão do objetivo geral dos controles internos administrativos de evitar a ocorrência de impropriedades e irregularidades nos procedimentos, afirma sua total concordância com os termos do Parecer SES/SJ/AJ/FMF/DT 12/2020 (4447946), exarado pela Subsecretaria Jurídica.

- **Considerações Finais**

Diante de todo o exposto, encaminhamos o presente à SUBEX, por ordem do Subsecretário da Pasta, face as orientações emitidas pela Subsecretaria Jurídica da SES no Parecer SES/SJ/AJ/FMF/DT 12/2020 (4447946), ora ratificadas por esta SUBCG.

Leia-se em cópia, para ciência, a SUBJUR, bem como a SUPAG, com vistas à efetivação da Auditoria Extraordinária determinada pela Portaria SUBCG/SES nº 11/2020 e na qual o presente processo se encontra relacionado.

Atenciosamente,

Robson Ramos Oliveira
Superintendente de Governança, Conduta e Ética
ID. Funcional 2911435-7

Rio de Janeiro, 04 de maio de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Robson Ramos Oliveira, Superintendente**, em 21/05/2020, às 12:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4463947** e o código CRC **15C94494**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007067/2020

SEI nº 4463947

Rua méxico, - Bairro centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

À Superintendência de Compras e Licitações / SES

À Superintendência de Logística, Suprimento e Patrimônio / SES

Trata-se de contratação por dispensa de licitação, para aquisição de **MÁSCARA DE PROTEÇÃO. RESPIRADOR SEMIFACIAL DESCARTÁVEL , CLASSE (PFF2/ N 95)**, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus - COVID-19.

Encaminhamos o presente processo para que seja atendido os itens abaixo relacionados à conclusão do PARECER SES/SJ/AJ/FMF/DT 12/2020 (4447946) com posterior remessa ao Exmo. Sr. Secretário que é a autoridade competente para a prática do ato.

1. Superintendência de Logística, Suprimento e Patrimônio, atender o item 01; e
2. Superintendência de Compras e Licitações, atender aos itens 02, 03, 04, 05.

Rio de Janeiro, 04 de junho de 2020

Luís Augusto Damasceno Melo

Subsecretário Executivo

ID funcional: 564859-9



Documento assinado eletronicamente por **Luís Augusto Damasceno Melo, Subsecretário**, em 04/06/2020, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **5152974** e o código CRC **C18DDF0B**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007067/2020

SEI nº 5152974

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142

Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Subsecretaria Executiva/ SES

Em atendimento ao item 1, temos a informar que esta Superintendência desconhece os detalhes do contexto que originou a minuta de contrato para a aquisição do referido material de consumo, bem como, não é possível manifestar-se com relação ao cálculo predisposto para o quantitativo do objeto do processo para o enfrentamento da Pandemia do Covid-19.

Atenciosamente,

Djalma Henrique da Silva Aguiar

Superintendente de Logística, Suprimentos e Patrimônio

ID: 5110821-6

Rio de Janeiro, 05 de Junho de 2020.

Referência: Processo nº SEI- 008/001/0007067/2020	SEI nº
	5187436

Rio de Janeiro, 05 de junho de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Djalma Henrique da Silva Aguiar, Superintendente**, em 08/06/2020, às 09:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6](#), informando o código verificador **5187436** e o código CRC **8A6B198F**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007067/2020

SEI nº 5187436

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Superintendência de Logística, Patrimônio e Suprimentos,

Solicita-se a complementação do despacho 5187436, a fins de que se atenda ao item 1 do PARECER SES/SJ/AJ/FMF/DT 12/2020 (4447946).

Rio de Janeiro, 09 de junho de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Marcio Silva Dionysio, Assessor**, em 09/06/2020, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **5277644** e o código CRC **35489ADF**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007067/2020

SEI nº 5277644

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br